



Revista

DESPIERTA

Cultura, Política e Movimentos Sociais na América Latina

Ano 8, número 10 | jul-dez. 2021

Nº 10

ISSN 2359 -5868

SUMÁRIO

AS MANIFESTAÇÕES CAPITALISTAS NOS POEMAS “ENGOLI UMA LUTA DE FERRO E UM PARAFUSO CAIU NO CHÃO”03

Luiz Fernando Pereira de Oliveira

DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA ÀS CONDIÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA12

Bianca Valoski

LUTAS ESTUDANTIS E JUVENIS NA AMÉRICA LATINA33

Diego Marques

LAS LUCHAS DEL MOVIMIENTO ESTUDIANTIL DE LA UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA NACIONAL FRENTE AL GOLPE DE ESTADO Y LA INTERVENCIÓN UNIVERSITARIA DE 196654

*Pablo Bonavena**

Mariano Millán

AS MANIFESTAÇÕES CAPITALISTAS NOS POEMAS “ENGOLI UMA LUTA DE FERRO E UM PARAFUSO CAIU NO CHÃO”

Luiz Fernando Pereira de Oliveira*

Introdução

A relação entre a sociedade e a literatura existe desde a Grécia Antiga, em especial com Aristóteles que considerava a arte como um “modo de imitação”, seja de forma grandiosa ou grotesca, no caso, o drama ou a comédia, as pessoas e os deuses e até chega a sentenciar “pois o homem é o que tem mais capacidade de imitar e é pela imitação que adquire os seus primeiros conhecimentos” (2008, p. 42). Há um sentido na colocação do filósofo, pois, de certa forma, a literatura busca colocar aspectos humanos, sociais semelhante a uma imitação, mas a diferença é a sua colocação fictícia desse determinado ponto. Por meio da ficção, ou liberdade, o autor pode permear construtivamente por inúmeros pontos, assuntos e ensejos sem o pesar da tinta, pois este não tem o compromisso histórico com a verdade. Contudo, ao colocar a sociedade em seus textos, livros, romances, poemas, etc. o autor nos revela uma estrutura que pode ser abordada e trabalhada. Greog Lukács aborda em seu livro *Introdução a uma Estética Marxista* os aspectos de formação das questões humanas por meio da arte e como isso abarca no limitar histórico. Evidentemente, o autor percebe os limites destes por meio da variabilidade infinita da sociedade e o limite delimitado pelo viés literário. Contudo, vale ressaltar a citação de Lukács que diz:

ss propriedades humanas típicas conservadas pelo próprio desenvolvimento histórico serão, por isso, muito mais numerosas do que as mantidas vivas nas representações artísticas. A durabilidade dos tipos criados pela arte, portanto, tem uma base objetiva na própria realidade, mas a possibilidade de que os tipos figurados nasçam e durem decorre de sua própria atividade (LUKÁCS, 1978, p. 288).

Em suma, o sociólogo húngaro parece discorrer e argumentar sobre a existência de uma produção artística que vem sendo colocada ao decorrer da história e que nos salta, em seus períodos, ao ponto que essa ganha mais ou menos importância no desenrolar e desenvolvimento histórico. Com o passar do tempo, clássicos podem ser substituídos, autores modificados, novos livros alçados ao patamar de clássico e artistas sendo considerados canônicos de início ou no decorrer do tempo. Essa produção artística abre possibilidades na análise e nas variadas formas que podem ser concebidas a análise de um determinado processo artístico. Como aponta Goldmann,

* Graduado em Letras e mestrando em Sociologia/Universidade Federal de Goiás-UFG.

com efeito, o universo do romance clássico tem uma estrutura relativamente homóloga à que regeu o universo da vida cotidiana dos homens no setor econômico onde ele é, também, tematicamente dominado pelo único valor evidente e universal da economia liberal: a autonomia do indivíduo e o seu desenvolvimento. Porém, a partir desta base comum, a evolução da obra e da sociedade é feita em direções divergentes, e a obra se torna não a expressão do grupo social, mas a de uma resistência a este grupo ou, pelo menos, da não aceitação deste. (GOLDMANN, 1972, p.68)

Essa observação de Goldmann sobre as estruturas homólogas muito se assemelha com o olhar de Aristóteles, essa definição e imitação e, como observa Marx, “(...) só sabiam apreender como realidade das forças humanas essenciais e como *atos genéricos humanos* a existência universal do homem, a religião ou a história na sua essência abstratamente universal, como política, arte, literatura etc.” (2012, p.113) portanto, não é somente colocar como atos genéricos ou uma imitação, era preciso, também, apresentar a essência humana, as questões expressivas a essas, suas contestações, valores e questões, partindo da ótica marxista, um olhar para a superestrutura, pois, como diria Eagleton, “é verdade que a literatura faz parte da superestrutura, mas ela não é apenas um reflexo passivo[...]” (2011, p.24); nisso o avanço de Goldmann em perceber que a literatura não será somente reflexo ou imitação, um mero reprodutivo da sociedade. Isso se deve, dado os limites, pois a sociedade grega se fazia representada, ao menos rasamente, por meio de suas peças como uma exaltação, uma imitação sublime de seus valores, ética, religião e representação.

A exclusão dos escravos, servos entre outros como meros partícipes narrativos de reconhecimento ou cuidadores era bem evidente e entendido como uma não expressão da visão destes sobre a sociedade grega, afinal, eles não cidadãos. A contemporaneidade extrapola esse sentido, o escritor é um desajeitado, um ser perdido em suas quimeras e desejos e na falta, faz o preenchimento com a arte. Esta pode ser a busca de algo, uma crítica sobre valores, um prenúncio, um desejo etc. A grande diferença é que esta, a produção literária promovida pelo autor se dá pelo olhar subjetivo, seja pela narrativa ou até mesmo a lírica. Aliás, a lírica promove um papel importante como já ressalta o filósofo Theodor Adorno em seu livro *Notas de Literatura I* que apresenta os estudos de literatura, principalmente a lírica e a sociedade que nas palavras de filósofo são,

As forças objetivas que impelem para além de uma situação social limitada e limitante, na direção de uma situação social digna do homem; forças, portanto, que fazem parte de uma constituição do todo, não meramente da individualidade inflexível, que se opõe cegamente à sociedade. Se, em virtude de sua própria subjetividade, pode-se falar do teor lírico como sendo objetivo – caso contrário não seria possível explicar o simples fato que fundamenta a possibilidade da lírica como gênero artístico; seu efeito sobre outros que não o poeta em monólogo consigo –, isso só ocorre se a obra de arte lírica, ao retrair-

se e recolher-se em si mesma, em seu distanciamento da superfície social, for motivada socialmente, por sobre a cabeça do autor. (ADORNO, 2012, p.74)

A colocação de Adorno apresenta a capacidade das ideias circularem em nossa sociedade, pois não são estáticas. Assim como não são estáticas as pessoas e estas andam por vários pontos e absorvem inúmeras ideias, conceitos, olhares e situações que as marcam socialmente e sensivelmente. A sensibilidade junto da formação deste em meio ao processo da superestrutura que compõe a sociedade, neste caso a escola como formador no que tange o desenvolvimento cognitivo dentro do capitalismo. O autor passa a conviver com inúmeras formas e conteúdos e assim, faz uso deste para perpassar a sua visão, ela desajeitada, perdida, desconfiada e alheia do sedutor discurso promovido pela sociedade. Por outro lado, esse não encaixe pode promover um sofrimento pela sedução discursiva promovida pela sociabilidade do capital e encontra na expressão das palavras um alívio para tamanho dor. Como apresenta Goldmann,

A forma extremamente complexa que representa na aparência é aquela em que os homens vivem todos os dias, uma vez que são obrigados a procurar toda a qualidade, todo o valor de uso, de um modo degradado, pela mediação da quantidade, do valor de troca, e isso numa sociedade onde todo o esforço para se orientar diretamente no sentido do valor de uso não teria outro resultado senão engendrar indivíduos também degradados, mas de um modo diferente – o do indivíduo problemático (GOLDMANN, 1979, p. 18).

O indivíduo problemático só se apresenta no capitalismo, onde este é apresentado a uma narrativa subjetiva, valorizando os seus desejos, visões e ações, contudo, aqueles que não se encaixam, aí o problemático, acabam por demonstrar as mazelas, o desencanto, as amarguras e as dores de viver. Nisto, algumas situações são apresentadas a este, ora o encaixe nessa sociedade por meio do trabalho, um convite submisso que degrada sua existência.

As Manifestações Capitalistas nos poemas Engoli uma Luta de Ferro e um Parafuso caiu no chão

O capitalismo é o modo de produção consolidado e dominante atualmente no mundo. Mesmo com algumas formas distintas, o capitalismo segue regendo as relações econômicas e sociais por meio de organização. A observação dessa forma vem anterior ao processo capitalista como se observa nessa passagem,

O puritano quis trabalhar no âmbito da vocação; e todos fomos forçados a segui-lo. Pois quando o ascetismo foi levado para fora das celas monásticas e introduzido na vida quotidiana e começou a dominar a moralidade laica, desempenhou seu papel na construção da tremenda harmonia da moderna ordem econômica. Esta ordem está hoje ligada às condições técnicas e

econômica da produção pelas máquinas, que determina a Vida de todos os indivíduos nascidos sob este regime com força irresistível não apenas os envolvidos diretamente com a aquisição econômica. (WEBER, 2004, p.86)

Essa manifestação de ordem foi o delimitar de uma nova forma e assim, dar uma valoração mais intensa à técnica e a ordem econômica frente ao indivíduo dando-lhe maior importância à subjetividade como observa Sartre, “a subjetividade é um fenômeno evanescente: não uma estrutura nem uma essência, mas um momento, e momento que, quase de imediato, vai perder-se de novo na objetividade, no mundo e na ação no mundo.” (2015, p.70), logo, a vazão subjetiva do indivíduo passa a trabalhar em prol do objetivo capitalista e isso reflete na produção, regimento e disciplina.

Como efeito da organização e da sistematização do pensamento, a disciplina faz parte do processo racional do ser humano. Sem a disciplina, a espécie humana estaria fadada a condições mais difíceis para sua sobrevivência, pois é dada a essa disciplina que a produção, a sobrevivência e a existência se fizeram mais fáceis. Em um exemplo mais tranquilo, a disciplina em caçar, pescar para alimentação, organização de rotinas ou exercícios trazem benefícios ao praticante dessa seja de forma mais rápida ou demorada dada a necessidade dessa. Contudo é no processo de formação pré-capitalista e posteriormente no capitalismo, a disciplina ganha uma distinção, um processo de coerção e ação que beneficie o colono ou o burguês. O historiador Edgar de Decca em seu livro *O Nascimento das Fábricas* aponta que o uso da disciplina que seria implantada nas fábricas europeias já se encontrava em solo brasileiro,

a disciplina requerida e legitimada por um *código* não poderia resolver totalmente o problema da integração do escravo na economia do engenho, uma vez que a coerção só poderia se dar para a execução de tarefas reconhecidamente possíveis de serem realizadas por escravos considerados boçais ou ladinos. Era preciso, portanto, que através de uma relação de extrema autoridade (as penalidades previstas no código) o escravo introjetasse uma disciplina de rotina de trabalho na execução de tarefas de produção e outras complementares à vida do engenho. Em outros termos, era preciso submeter o escravo ao cumprimento de tarefas consideradas rotineiras no engenho e mensuráveis quantitativamente. E, por isso mesmo, a produtividade do trabalho escravo era decorrente da eficaz aplicação do controle disciplinar, esteve sim o elemento capaz de garantir que o *sistema* não desmoronasse. (DECCA, 1982, p.53)

Com a diminuição da força repressiva colonial, os movimentos de independência, constituição nacional e os avanços nas técnicas pelos meios de produção, a escravidão como forma de trabalho e mercadoria chegaria ao fim. Isso, evidentemente, não se deu somente pelo desejo humanista que se desenvolvia nas em algumas pessoas ao passar do tempo, mas também, em muito, pelo desenvolvimento e consolidação do modo de

produção capitalista que devolvia uma capacidade ilimitada à mercadoria, valores de troca a quem produzia e situações precárias aos submetidos nessa nova lógica de organização e disciplina. Isso trouxe novos desafios e controles a serem estabelecidos e para tal, o operário passaria a ser um instrumento substituído por outro dada a grande mão-de-obra junto ao aumento considerável da demanda trabalhista. A essa nova realidade, o desencanto, a degradação, a miséria e o sofrimento foram se somando como constatou Bresciani “A questão da multidão amotinada se coloca de maneira bastante diversa no século XIX. Aqui, os parisienses, orgulhosos de sua civilização, temem as depredações e o constrangimento dos espetáculos das multidões famintas(...)” (1982, p.108).

O temor de uma população esfomeada levou a certos avanços do capitalismo que se aventurou na África e na Ásia e desenvolveu mais o seu sistema para ofertar acessos a bens e ao consumo, respondendo ao temor malthusiano de escassez alimentícia. O desenvolvimento capitalista gerou uma expansão de exploração a outros povos e um alívio aos países que enfrentavam ondas mais fortes de acesso aos produtos e melhores condições de trabalho. As relações são sentidas na contemporaneidade por meio do projeto neoliberal que organiza o estado, a produção, o consumo e passa realizar uma modificação nas relações de trabalho por meio da globalização, produzindo onde for mais barato a mão-de-obra e menos dificultosa as leis trabalhistas como colocado nesse trecho,

O aumento do exército industrial de reserva também está incluído neste processo, que denominamos “lumpenproletarização”, é resultado tanto da política neoliberal quanto da reestruturação produtiva que tem o efeito de aumentar a competição pelo mercado de trabalho e fazer crescer fenômenos como xenofobia, miséria, violência, e, o que é do interesse do capital, pressionar os salários para baixo. (...) Assim, a nova dinâmica do capitalismo mundial se fundamenta na busca de aumento da taxa de exploração. (VIANA, 2009, p.103)

Esta referência e modificação na dinâmica capitalista pode ser percebida no poeta chinês Lu Xizhi, mais precisamente, nesse trecho “Engoli uma lua de ferro/ disseram-me que era um parafuso/ Engoli resíduos industriais e fichas de desemprego” (p.18) onde o autor apresenta os problemas relacionados à exploração desenfreada e a forma destrutiva promovida pelo neoliberalismo que aniquila e modifica relações de trabalho ao redor de si. A pobreza encontrada na Europa do século de XIX com trabalhadores famintos por comida e mudanças também reverbera em outra passagem “engoli trabalho, engoli pobreza/ engoli as pontes dos peões e uma vida enferrujada” (p.18), a sua mudança tem outro ponto interessante, pois se em outro momento de maior exploração e pobreza do

capitalismo onde se viam famílias entregues ao maquinários formando uma prole robusta entregue as exaustivas horas de trabalho no caso do poema são “jovens que morreram debruçados sobre máquinas” (p.18). Neste ponto, a morte em meio as horas exaustivas em fábricas que produzem para todo o mundo levam a um questionamento acerca dos problemas psíquicos que se produzem em nossa sociedade.

As questões psíquicas percebidas por meio patológico ganharam no capitalismo a análise de muitos estudiosos e inúmeras teorias e perspectivas foram lançadas para compreender e tratar tais doenças. Freud, o pai da psicanálise, será utilizado no artigo para um estudo maior da amplitude desses problemas, pois soube entender o processo residual e inconsciente referente as patologias acerca do trabalho. Para estabelecer uma colocação referente ao artigo, será tratado os conceitos de luto e melancolia. Freud busca diferenciar os processos que são enfrentados pelo ser humano, distinguindo o tempo em que eles atuam na vida do indivíduo.

O luto é, em geral, a reação à perda de uma pessoa amada, ou à perda de abstrações colocadas em seu lugar, tais como pátria, liberdade, um ideal etc. Entretanto, em algumas pessoas — que por isso suspeitamos portadoras de uma disposição patológica — sob as mesmas circunstâncias de perda, surge a melancolia, em vez do luto. (FREUD, 2006, p.103)

Nesse conceito de luto, o autor compreende a naturalidade e como este atua no ser. Um ciclo que se encerra e que, aos poucos, se substitui por outras sensações e constituição do ser. Mas que se não for bem resolvido ou compreendido pode gerar uma patologia que se estende pelo ser. Neste caso o que seria luto torna-se melancolia.

A melancolia caracteriza-se psiquicamente por um estado profundamente doloroso, por uma suspensão do interesse pelo mundo externo, pela perda da capacidade de amar, pela inibição geral das capacidades de realizar tarefas e pela depreciação do sentimento-de-si. Essa depreciação manifesta-se por censuras e insultos a si mesmo, evoluindo de forma crescente até chegar a uma expectativa delirante de ser punido. (FREUD, 2006, p.103)

No conceito de melancolia, Freud descreve a patologia melancólica e como ela atua no ser, atenuando seu crescente estado de dor em sensação da culpa, que leva a uma consequência: a demanda de punição. Essa demanda tem caráter de delírio que conduz à criação de sentidos que provoquem remorso, cobranças e a incapacidade nas situações por parte do ser. Neste ponto, o trecho de Lizhi se faz presente “Não consigo engolir mais nada/ porque tudo o que engulo me volta à boca”(p.18), a essa parte vale ressaltar a melancolia do eu lírico frente as seguidas repetições no seu ato de engolir, pois ao descer garganta abaixo se sente abarrotado, mesmo com a ausência de saciedade daqueles que provocam e insistem na deglutição promovida, logo, um alimento do capitalismo

contemporâneo que realiza uma extensa exploração do trabalhador e assim, provocando sua desumanização. Uma dessas formas que fora amplamente estudada no século XIX foi o suicídio. Um dos grandes pensadores da sociologia, Durkheim, dedicou um livro sobre o assunto e analisar como isso é uma questão acerca da sociedade capitalista. Para o sociólogo francês apresenta variadas formas relacionados ao suicídio para delimitar o artigo será tratado uma das formas, o suicídio melancólico,

Está ligado a um estado grave de extrema depressão, de tristeza exagerada, que faz com que o doente já não aprecie sadicamente as relações que têm com ele, as pessoas e as coisas que o cercam. Não sente nenhuma atração pelos prazeres, enxerga tudo sombrio. A vida lhe parece aborrecida e dolorosa (DURKHEIM, 2000, p.41)

Contudo, a citação de Durkheim não abarca as causas que levam a tal estado, apresentado este como dado e manifestado. Logo, a pessoa para chegar ao estado de suicídio precisa de estímulos que encontram desejos em condições materiais para tal, em suma, a sua vida precisa ter razões para que a saída seja se matar. Assim faz sentido pensar que muitas pessoas comentem atos pela sensação de perda, impotência, medo, insegurança e vários fatores que afetam psicologicamente o ser humano. Neste sentido, vale ressaltar a citação de Marx que pensa o suicídio como,

Embora a miséria seja a maior causa do suicídio, encontramos-lo em todas as classes, tanto entre os ricos ociosos como entre os artistas e os políticos. A diversidade das suas causas parece escapar à censura uniforme e insensível dos moralistas. As doenças debilitantes, contra as quais a atual ciência é inócua e insuficiente, as falsas amizades, os amores traídos, os acessos de desânimo, os sofrimentos familiares, as rivalidades sufocantes, o desgosto de uma vida monótona, um entusiasmo frustrado e reprimido são muito seguramente razões de suicídio para pessoas de um meio social mais abastado, e até o próprio amor à vida, essa força enérgica que impulsiona a personalidade, é frequentemente capaz de levar uma pessoa a livrar-se de uma existência detestável.(MARX, 2006, p.24)

Para Marx, o suicídio na sociedade capitalista possui inúmeras fontes para se chegar ao ato final, em suma, a morte. A pobreza, a miséria e a exploração que são derivados da luta de classes, veem o seu ápice na desumanização e desesperança completa por parte do trabalhador. “ninguém notou, / tal como da última vez, /numa noite como esta/ quando alguém tombou no vazio.” (p.19), assim demonstrando a insensibilidade frente a questão por parte da empresa capitalista, preocupada com a produção. Um processo insensível que parte pela detestável experiência da exploração contemporânea que encontra no neoliberalismo, a sua faceta mais profunda e desumanizante em que a precarização e a destruição frente ao prazer são substituídas por árduas horas de trabalho, pois há muita mão-de-obra disponível, um barateamento desta e leis trabalhistas

enfraquecidas e, junto a isso, patologias diversas provocadas pelas horas de trabalho e a miséria que fazem o trabalhador optar pelo fim da agonia desta por meio do suicídio e, mesmo se submetendo, a angústia e o sofrimento são crescentes e a dor acaba sendo sentida nos tantos nas metáforas do versos como na vida destes.

Considerações Finais

O artigo empenhou uma discussão acerca das manifestações capitalistas tanto historicamente quanto na contemporaneidade. Evidentemente, o artigo pautou delimitar o tema por meio da literatura e tratou de reduzir as manifestações do capitalismo a alguns pontos que pudessem ser trabalhados na análise. É de se saber que, o capitalismo, possui inúmeras manifestações que podem ser recorrentes, novas ou até esquecidas e, como sistema vigente e plástico, ainda poderá produzir inúmeras outras que justifiquem sua reprodução e hegemonia. A crítica pautada no modelo neoliberal e também em outros momentos históricos, demonstra que a exploração e a luta de classes são a exegese de sua sociabilização e que isso resulta em afetar tanto as condições de trabalho, relações psíquicas – individuais e sociais –, sobrevivência e existência tendo em alguns casos, como trabalho na análise, o suicídio como uma saída. A outra forma, a submissão, parece ser a mais adotada pela grande maioria, talvez pela preservação da vida – por preceitos religiosos ou éticos –, ou, pela crença em uma mudança na vida deste. Cabe pensar que se há uma mudança, ela deve ir para um caminho que não seja o abraço ao capitalismo, pelo contrário, deve ser a negação deste e a sua superação por um viés revolucionário e isso só ocorrerá quando os trabalhadores se unirem e assim, unidos a depressão, a miséria e o suicídio sejam trocados por amor, abundância e fraternidade.

Referências

- ADORNO, Theodor. **Notas de Literatura 1**. São Paulo: 34, 2012.
- ARISTÓTELES. **A Poética**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- BRESCIANI, Maria. **Londres e Paris no Século XIX - O Espetáculo da Pobreza**. São Paulo: Brasiliense: 1982.
- DECCA, Edgar de. **O Nascimento das Fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- EAGLETON, Terry. **Marxismo e Crítica Literária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FREUD, Sigmund. “Luto e Melancolia 1915–1917”. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- GOLDMANN, Lucien. **Sociologia do Romance**. São Paulo: Paz & Terra, 1990.
- MARX, Karl. **Cultura, arte e literatura: Textos escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MARX, Karl. **Sobre o Suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

LIZHI, Xu. “Um Parafuso Caiu no Chão” e “Engoli uma Lua de ferro”. In **Um Parafuso Caiu no Chão**. 2014.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a Uma Estética Marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SARTRE, Jean-Paul. **O que é Subjetividade?**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

VIANA, Nildo. **Capitalismo na Era da Acumulação Integral**. São Paulo: Idéias & Letras, 2009.

WEBER, Max (2004). **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Resumo: O artigo trabalhará sobre as manifestações capitalistas na análise dos poemas de Xu Lizhi. O poeta chinês, que foi trabalhador em empresas do ramo tecnológico, apresenta a degeneração, a dor, o sofrimento e angústia mediante a crescente exploração permeada pelo capitalismo. Para tamanha ocorrência de eventos, o artigo utilização em sua análise, alguns autores com arcabouço teórico que façam sustentar as análises e apresentar pontos de vista e discussões entre o processo contemporâneo e histórico que ocorrem no sistema capitalista. Logo, a intenção é fazer uma análise que discuta problemas sociais e individuais que levam o trabalhador a submissão ou ao suicídio como resposta para o sofrimento que lhe é acometido. Ao fim da análise caberá as considerações finais referentes ao desenvolvimento da análise e do que foi apresentado no decorrer da discussão e, por fim, as referências utilizadas no artigo.

Palavras-chave: Sociologia, Poema, Capitalismo.

DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA ÀS CONDIÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

Bianca Valoski^{1*}

Introdução

Há quem diga que o trabalho perdeu sua importância nas últimas décadas. Supostamente a tecnologia assume a centralidade e o trabalhador se torna um mero apêndice em vias de ser emancipado devido aos inúmeros avanços alcançados. Ainda, a teoria marxista, por sua análise central do trabalho, se mostraria ineficaz para explicar esta nova realidade. Contudo, o cenário real demonstra que a classe daqueles e daquelas que vivem do trabalho, muito longe da emancipação, encontra-se mais perto de uma reconfiguração que as e os coloca frente à precarização. Logo, retomar os estudos que apreciam tal temática torna-se não só necessário, como expõe o imperativo de compreender quais são as características deste novo modo de trabalhar e as bases que proporcionaram a chegada à situação atual.

É neste sentido que a teoria da dependência tem muito a contribuir, principalmente porque demonstra a interlocução permanente entre capitalismo de tipo central com aqueles de tipo dependente, onde a sujeição ao capital das e dos trabalhadores se conforma distintamente de um lugar para o outro. A dependência da América Latina das condições econômicas externas é um fato estruturante. Dependendo do arranjo econômico e produtivo de cada país, a dependência pode operar por meio de extrativismo de matérias-primas (metais, hidrocarbonetos, alimentos) e outros recursos naturais, remessas de migrantes ou turismo. Por todas essas razões, a região é mais vulnerável a choques externos adversos que afetam os termos de troca, os preços de exportação de bens e serviços.

Assim, o objetivo deste trabalho é expor um panorama sobre as condições de trabalho no Brasil, para então interrelacioná-las com as explicações dadas por alguns dos teóricos da dependência latino-americana: Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e André Gunder Frank, sem deixar de trazer outros autores à discussão. Trata-se então de uma pesquisa de tipo bibliográfica e documental. Ainda cabe destacar que a maioria dos dados utilizados advém de um relatório publicado em 2019 pelo IBGE, que traz um recorte de informações até 2018. Entende-se não haver prejuízos para uma avaliação atualizada da conjuntura, uma vez que em 2019 foram mantidas as tendências (em relação ao mercado de trabalho) de 2018 e que 2020 é um ano bastante atípico, devido a pandemia de COVID-19.

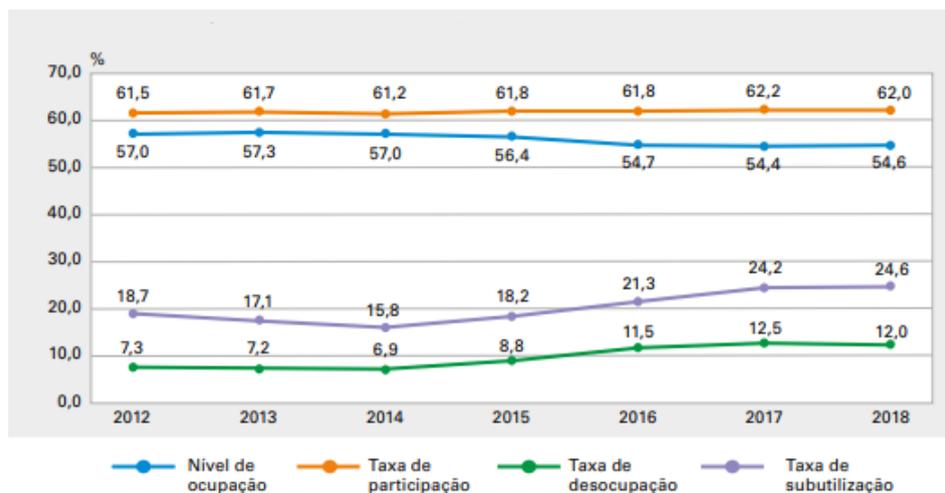
^{1*} Doutoranda em Políticas Públicas/ Universidade Federal do Paraná-UFPR.

A situação de quem vive do trabalho no Brasil

Na quarta semana de agosto de 2020, segundo dados do IBGE (EBC, 2020a), a taxa de desocupação no Brasil atingiu 14,3%, sendo a maior da série histórica da PNAD contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), iniciada em 2012. Essa alta acompanha o aumento na população desocupada, representando cerca de 1,1 milhão a mais de pessoas à procura de trabalho no país, totalizando 13,7 milhões de desempregados. A população fora da força de trabalho (que não estava trabalhando nem procurava por trabalho) era de 74,4 milhões de pessoas. Nessa população, disseram que gostariam de trabalhar cerca de 26,7 milhões de pessoas (ou 35,8% da população fora da força de trabalho). Já a taxa de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos de idade ficou em 27,1% no primeiro trimestre de 2020, bem acima da média geral de 12,2% do país no período. Nos impactos com relação a gênero, a taxa de desocupação do país no 1º trimestre de 2020 foi de 12,2%, entre as mulheres era de 14,5%, entre os homens de 10,4% (EBC, 2020b).

As taxas de desocupação e de subutilização (taxa composta da subutilização da força de trabalho) mostraram crescimento nos anos de 2015 a 2017, enquanto o nível de ocupação, definido como a população ocupada em relação à população em idade de trabalhar, registrou redução (IBGE, 2019). Isto é, o contingente que ingressou na força de trabalho ou que estava ocupado, em parte, passou a compor a população desocupada ou subutilizada nos anos finais da série. Em 2018, houve redução da desocupação (12,0%), que permanece quase o dobro da observada em 2014, embora a subutilização tenha crescido (24,6%). A população subocupada por insuficiência de horas passou de 5 milhões de pessoas, em 2014, para 6,9 milhões, em 2018. Já a população na força de trabalho potencial passou de 4,5 milhões de pessoas, em 2014, para 8,3 milhões, em 2018 (IBGE, 2019).

GRÁFICO 1 - INDICADORES SELECIONADOS DO MERCADO DE TRABALHO –
BRASIL 2012-2018



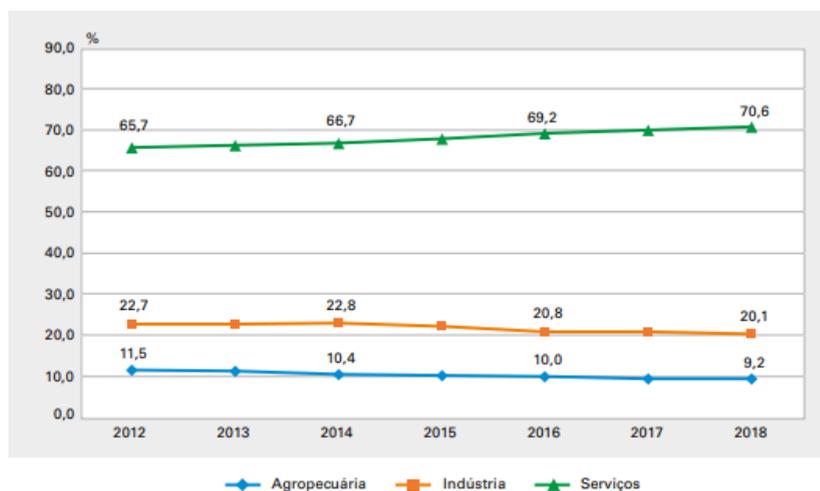
FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

Em 2016, houve forte queda do trabalho com vínculo, sem compensação em outras posições na ocupação (IBGE, 2019). Em 2017, ocorreu novamente acentuada redução do número de trabalhadores com vínculo, porém, com aumento de trabalhadores sem carteira ou por conta própria. Já em 2018, esses grupos seguiram crescendo, mas não houve forte redução dos ocupados com vínculo. Assim, pela primeira vez desde 2014, a ocupação aumentou de forma expressiva (1,3 milhão), concentrada no pessoal ocupado sem carteira assinada e por conta própria. Todas essas combinações de resultados ocasionaram a queda da participação do emprego com vínculo. O IBGE (2019) considera que a informalidade é uma característica histórica do mercado de trabalho brasileiro e constitui importante marcador de desigualdades. Como consequência, há um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social vinculados à formalização, como a remuneração pelo salário-mínimo, o direito à aposentadoria e às licenças remuneradas (maternidade ou por afastamento laboral por motivo de saúde).

É importante também entender que o conjunto de atividades econômicas de um país retrata um dos principais traços de sua estrutura, pois permite conhecer seu perfil produtivo, identificando aspectos como nível de industrialização, do seu setor terciário, influência da atividade agropecuária e extensão do setor público. A partir da estrutura econômica brasileira é possível compreender características fundamentais de seu mercado de trabalho, identificando a distribuição dos trabalhadores nesses segmentos, assim como a diferenciação de suas remunerações. Considerando os três grandes grupos de atividade econômica, nota-se que, proporcionalmente, o pessoal ocupado reduziu-se continuamente na agropecuária, passando de 11,5% do pessoal ocupado total para 9,2% (IBGE, 2019). No grande grupo da indústria, que inclui a atividade de construção, a redução ocorreu, principalmente, no triênio final (20,1% da população ocupada total, em 2018) e no grupo de serviços, que compreende as demais

atividades, o crescimento foi contínuo, superando a marca de 70% da população ocupada total, em 2018.

GRÁFICO 2 - PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA - BRASIL - 2012-2018



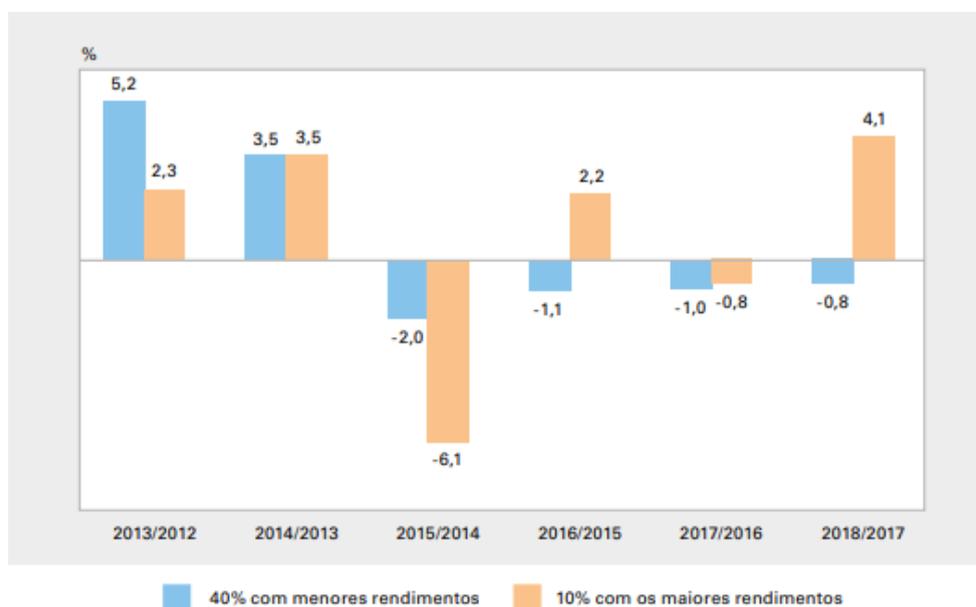
FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE

Do mesmo modo, é necessário fazer a análise por cor ou raça, que mostra, dentre os ocupados, que a proporção de brancos era de 45,2% e a de pretos e pardos de 53,7%. Todavia, quando comparado por atividades econômicas, o recorte por cor ou raça revela uma característica importante na segmentação das ocupações e a persistência, ainda hoje, da segregação racial no mercado de trabalho. A presença dos pretos ou pardos é mais acentuada nas atividades agropecuárias (60,8%), na construção (62,6%) e nos serviços domésticos (65,1%), atividades que possuíam rendimentos inferiores à média em 2018 (IBGE, 2019). Já as atividades de informação, financeiras e outras, juntamente com administração pública, educação, saúde e serviços sociais, cujos rendimentos médios foram superiores à média em 2018, são os agrupamentos de atividades que contavam com a maior participação de pessoas ocupadas de cor ou raça branca. O recorte por cor ou raça, assim como a diferenciação por sexo, é fundamental para o diagnóstico das desigualdades de rendimentos do país. No balanço geral, em 2018, os brancos ganhavam em média 73,9% mais do que pretos ou pardos e os homens ganhavam, em média, 27,1% mais que as mulheres (IBGE, 2019).

Enquanto até 2015 houve redução da desigualdade da renda do trabalho, segundo a razão de rendimentos habituais – 12,0 vezes a mais para os 10% de maior renda, frente os 40% de menor renda – a partir de 2016, observou-se movimento contrário que, embora tenha permanecido estável no ano seguinte, se intensificou em 2018, alcançando 13,0 vezes, resultado

mais alto da série (IBGE, 2019). Ressalta-se que 57,6% dos rendimentos domiciliares per capita observados em 2018 ainda eram iguais ou inferiores ao valor do salário-mínimo vigente nesse mesmo ano (IBGE, 2019). Isso significa que mais da metade das pessoas possuíam rendimento domiciliar per capita de até R\$ 954,00. Na proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,5 (26,5% das residências brasileiras), a mulher sem cônjuge e com filho(s) de até 14 anos representa 56,9% deste grupo, sendo a mulher preta ou parda 64,4% dessas (IBGE, 2018).

GRÁFICO 3 - TAXAS DE VARIAÇÃO ANUAL DOS RENDIMENTOS MÉDIOS, POR CLASSES DE RENDIMENTO HABITUAL DE TODOS OS TRABALHOS - BRASIL - 2012/2018

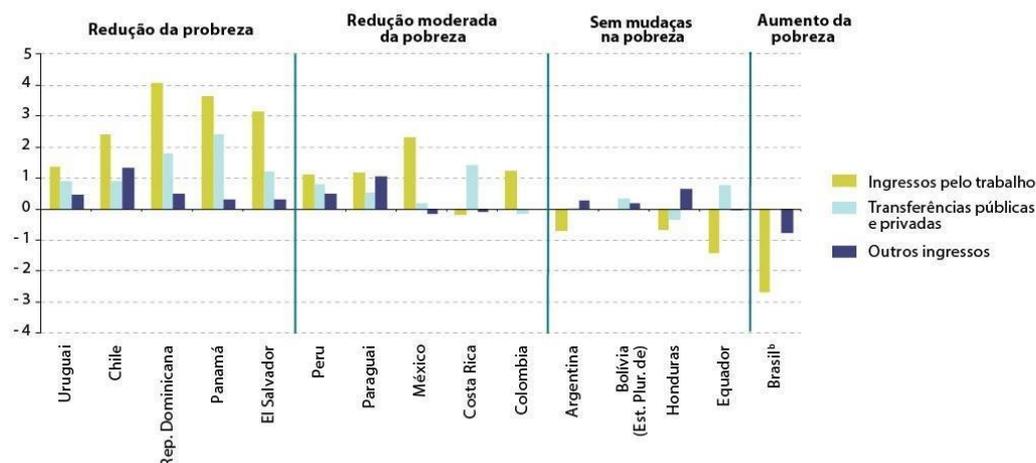


FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

Desde 2015 há tendência de aumento na América Latina da população abaixo da linha da pobreza. Em 2018 30,1% estavam nessa situação e 10,7% viviam em situação de extrema pobreza. Isso significa que aproximadamente 185 milhões de pessoas estavam abaixo da linha da pobreza em 2018, das quais 66 milhões estavam na extrema pobreza (CEPAL, 2019). Resultados significativos na redução tanto da pobreza quanto da desigualdade de renda estão principalmente vinculados a dois fatores: de um lado, a evolução da renda nos decis de menor recursos associada ao aumento da renda do trabalho, que corresponde a 72% do total da renda familiar, e de outro, transferências públicas de sistemas de proteção social, que ampliam e diversificam seus benefícios (CEPAL, 2019). Assim, o Brasil no período 2014-2018 ao evidenciar uma redução nos ingressos advindos do trabalho, transferências públicas e privadas e outros, teve como

consequência o aumento da pobreza, sendo único país onde o número de pessoas com renda do trabalho diminuiu.

GRÁFICO 4 - AMÉRICA LATINA (15 PAÍSES): VARIAÇÃO ANUAL DO INGRESSO TOTAL PER CAPITA ENTRE OS LARES DE MENORES RECURSOS, POR FONTE DE INGRESSO, 2014-2018^a (VALORES ANUAIS).



FONTE: Adaptado de CEPAL (2019).

^a: Países ordenados pela intensidade da redução da pobreza. Os dados correspondem ao subperíodo 2014-2018, exceto para o Chile (2013-2017)

^b: No Brasil não é possível efetuar uma maior desagregação de transferências para o período completo; por isso, as transferências públicas e privadas se apresentam em “outros ingressos”.

O Brasil está atrás somente do Qatar em matéria de concentração de renda pelo 1% mais rico, sendo 29% a fatia concentrada no país árabe e 28% no Brasil. Os seis homens mais ricos do país têm a mesma riqueza que 100 milhões de brasileiros juntos (OXFAM, 2018). O Brasil passou a ocupar em 2018 a 9ª pior posição em matéria de desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini em um conjunto de 189 países. Apesar de estar entre as dez maiores economias globais, o PIB per capita brasileiro, no valor em dólar de US\$ 9.821,42, ainda é relativamente baixo se comparado a países com desigualdades pouco menores que a brasileira, como o Chile (US\$ 15.346,45), o Panamá (US\$ 15.087,68) e a Costa Rica (US\$ 11.630,6799 (OXFAM, 2018).

Apresentado este panorama geral, passa-se então para análise teórico a respeito do que historicamente tem contribuído para este cenário.

Formação econômica e teoria da dependência

A história econômica da América Latina, na sua forma hoje conhecida, se inicia juntamente com a acumulação mundial de capital, padrões de comércio e modos de produção de 1500 a 1770. André Gunder Frank (1980) enfatiza que o intercâmbio comercial colonial, especialmente de produtos, trabalho e metais preciosos, era produzido através de modos de produção que dependiam substancialmente de violência e de força física. A exportação desses produtos e o pagamento envolvia, na maior parte das vezes, intercâmbio desigual baseado em valores desiguais, que espoliava os produtores, especialmente nas colônias, e beneficiava os mercadores, na metrópole. Este intercâmbio gerou importante fluxo de capital das colônias produtivas para a metrópole, que acumulou este capital e o canalizou para o próprio desenvolvimento.

Os modos de produção associados a este processo metropolitano e mundial de acumulação de capital diferiram de um conjunto de colônias para outro, de acordo com suas respectivas funções e posições neste estágio de desenvolvimento do sistema capitalista mercantil em escala mundial. Segundo Frank (1980), o participante colonial mais importante, o Novo Mundo, experimentou a transformação mais profunda e abrangente de seus modos de produção e o maior desenvolvimento de subdesenvolvimento. A África ocupou uma posição intermediária tanto no grau de sua incorporação neste estágio do processo histórico como no grau de transformação do seu modo de produção, e a Ásia, de modo geral, foi a que menos participou e se transformou. Argumenta que nos termos da acumulação de capital em escala mundial, a troca de produtos asiáticos pela prata americana produzida com trabalho forçado implicou um “intercâmbio desigual”, que beneficiava os europeus às custas dos asiáticos (e latinos americanos), uma vez que os europeus não dispunham de produtos próprios para oferecer aos chineses e indianos, autossuficientes e industrialmente mais avançados. Sendo assim, a única possibilidade de os europeus expandirem o comércio com o oriente era o pagamento com prata do ocidente (FRANK, 1980).

Vale ressaltar que o desenvolvimento de economias de plantation no Novo Mundo, que dependiam de trabalho escravo importado como sua principal força produtiva, introduziu grandes partes da África no processo histórico do desenvolvimento capitalista mundial, para suprir as economias de exportação, colonizadas e monocultoras da América com o trabalho que produzia toda essa riqueza para a metrópole. Assim, a África também foi convertida em uma economia monocultora de exportação, e nesse caso, o produto era seus próprios habitantes. Deste modo, o avanço do capitalismo mundial e de metrópole na Europa Ocidental (e depois também da América do Norte) estabeleceu as fundações produtivas e sociais de um processo

autossustentado de crescimento do subdesenvolvimento na América Latina e na África (FRANK, 1980).

A Revolução Industrial, inicialmente na Grã Bretanha e depois em outros países metropolitanos, envolveu transformações profundas na economia, na política, sociedade e cultura, não pode ser entendida de maneira separada deste processo de acumulação de capital e expansão de mercados baseados na América. “Qualquer que tenha sido a razão do avanço britânico, ele não se deveu à superioridade tecnológica e científica, foi o capital acumulado no comércio com as Índias Ocidentais que financiou James Watt e a máquina a vapor” (HOBSBAWM p. 47, apud, FRANK, p. 97, 1980). A acumulação de capital monetário e comercial criou as condições para a revolução industrial. As mudanças na política econômica metropolitana e na ideologia política para justificá-las trazem à tona as contradições da divisão internacional do trabalho. Na medida em que os preços do mercado mundial subestimam as exportações dos produtores de matérias primas coloniais e superestimam as exportações metropolitanas, acontece, então, um intercâmbio desigual.

Exposto esse primeiro momento em que, impulsionada pela expansão comercial que caracteriza a acumulação primitiva na Europa, período que durou mais de 300 anos, a América Latina passou a ser cobiçada pela burguesia mercantil e pelos Estados nacionais recém constituídos no velho continente, passa-se em então a formação da classe trabalhadora no novo continente. Diversificar as atividades produtivas e constituir o mercado interno são fatores condicionantes para a implementação do trabalho assalariado na América Latina, modalidade de emprego estabelecida apenas ao longo do século XIX, em um momento caracterizado pela expansão do capitalismo industrial (especialmente o inglês), que passou a exigir a ampliação do mercado consumidor e a introdução do trabalho assalariado no mundo colonial. Segundo Ricardo Antunes (2011, p. 18):

Como resultado do surto urbano-industrial do século XIX - que substituiu o latifúndio pastoril, subordinado ao capital estrangeiro, que até então predominava na América Latina - e o conseqüente trânsito das sociedades rurais para essa nova realidade, começaram a surgir em diversos países latino-americanos os primeiros contingentes de trabalhadores assalariados, vinculados tanto às atividades agrário-exportadoras (caso da produção cafeeira no Brasil) como às atividades manufatureiras e industriais. Na Argentina e no Uruguai, países exportadores de carnes e derivados, os trabalhadores encontravam ocupação nos frigoríficos, a principal fonte de atividade produtiva. (...) Quanto mais as economias agrário-exportadoras, próprias do mundo mercantil, desenvolviam atividades relacionadas ao universo capitalista, mais necessidades sentiam de incrementar seus empreendimentos industriais.

Junto com os impulsos ocasionados pela demanda interna e as necessidades de acumulação da burguesia que se desenvolvia, a Primeira Guerra Mundial possibilitou um avanço importante no processo de industrialização, o que fez com que um forte fluxo migratório de

trabalhadores europeus viesse para América Latina (principalmente para o Brasil, a Argentina e o Uruguai) em busca de trabalho. Somados à população negra recém libertada da escravidão, começa-se a formação do proletariado latino-americano, centrado principalmente nos centros exploradores de salitre, cobre, prata, carvão, gás e petróleo, na indústria têxtil, nos serviços portuários e ferroviários, na construção civil e em pequenos estabelecimentos fabris (ANTUNES, 2011). Cabe ainda ressaltar que as experiências de trabalho artesanal e manufatureiro foram distintas daquelas vivenciadas na Europa, já que a América não conheceu a vigência do sistema feudal, isto é, o trânsito entre sistemas foi aqui muito mais rápido, pois em vários países saltou-se quase que diretamente do trabalho rural, da escravidão africana ou indígena, para novas formas de trabalho assalariado industrial (ANTUNES, 2011).

Em primeiro lugar, as transformações modernizadoras que possibilitaram a industrialização se manifestam na *organização social da produção*, na medida em que se generalizam as relações capitalistas de produção nos setores-chave das economias. Tal processo acaba por restringir as áreas da economia de subsistência e de autoconsumo, gerando um potencial disponível de mão de obra para ser proletarizada no setor exportador. A proletarianização expressa o processo de penetração do capitalismo no campo, tal como ocorreu na Europa durante o período de acumulação originária. Restringir as possibilidades de subsistência do trabalho artesanal no campo e da produção vinculada à economia de autoconsumo faz com que os camponeses, ao se transformarem em proletários, tenham que vender sua força de trabalho para adquirir no mercado tudo aquilo que necessitavam ou que objetivamente poderiam necessitar: alimentos, cigarros, roupas, móveis etc., portanto, coloca-se assim a necessidade de produtos industriais.

Em segundo lugar, as transformações modernizadoras se apresentam *no âmbito das forças produtivas, nas mudanças tecnológicas*, o que se dá através da introdução novos instrumentos de produção e de transporte, aumentando sua capacidade de capitalização. O resultado se vê no crescimento da capacidade produtiva do setor exportador ao aumentar seu dinamismo e criar a expansão dos setores complementares ao setor exportador (BAMBIRRA, 2013). À medida que a indústria se desenvolve, consolida-se as bases para um processo mais amplo de acumulação capitalista e se amplifica para atender a demanda criada na classe operária, nas classes médias (burocratas, profissionais liberais, empregados em serviços etc.), no campesinato e nos setores industriais diretamente complementares à economia exportadora, isto é, tende a se expandir acentuadamente para satisfazer novas necessidades geradas pela própria dinâmica que lhe dá origem e impulso (BAMBIRRA, 2013).

As duas Guerras Mundiais trouxeram a possibilidade de formação de divisas, que se acentuam devido à expansão das exportações de alguns produtos, especialmente de matérias primas latino-americanas para os países beligerantes. Vânia Bambirra (2013) explicará que a condição para que essas conjunturas internacionais pudessem ser aproveitadas estava dada por dois fatores fundamentais existentes nessas sociedades: a) um mercado nacional já estruturado; b) um setor industrial cujo processo produtivo estava organizado com base em relações capitalistas. Assim, a autora define uma classificação para os países da América Latina que já haviam começado seu processo de industrialização (ainda que de forma precária) antes das guerras, os países do tipo A, e aqueles em que só contavam com uma estrutura econômica primária exportadora nesse período, países do tipo B. É partindo desse fato histórico básico, constatável empiricamente, que se pode distinguir tipos diversos de estruturas no contexto de uma situação global de dependência:

Os países que já tinham começado a industrialização antes do pós-guerra são: Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia. Desses países, a Argentina e o México, desde o fim do século XIX, já tinham um significativo setor industrial. (...) Em todos esses países, a industrialização receberá um novo impulso com a Primeira Guerra Mundial. (...) Esses seis países correspondem ao tipo que chamamos de *países com início antigo de industrialização* (tipo A). (...) os países que começaram a industrialização a partir do pós-guerra serão chamados de *países cuja industrialização foi produto da integração monopólica* (tipo B). Estes são: Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba. (BAMBIRRA, 2013, p. 57, 58 e 60)

É a partir do pós-guerra de 1945 que se faz culminar o processo de monopolização, centralização e concentração da produção por parte das empresas multinacionais, onde os EUA conseguem tirar vantagem de forma inquestionável do processo de nova partilha mundial das áreas dominadas, através de sua participação decisiva na guerra de 1939 a 1945, do bloqueio do avanço do campo socialista e do estabelecimento do Plano Marshall de reconstrução europeia, firmando-se assim como centro hegemônico do sistema imperialista. A partir de então as condições da dominação imperialista sobre os países dependentes mudam profundamente, e o próprio caráter do capitalismo dependente é redefinido de modo essencial, pois, a partir do pós-guerra, juntamente com a desnacionalização da propriedade dos meios de produção, verifica-se a desnacionalização da própria burguesia (BAMBIRRA, 2013).

Logo em seguida a América Latina entra, então, no ciclo das ditaduras militares, tuteladas pelo imperialismo norte-americano. Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Peru permaneceram durante longo tempo na lista de países atingidos por esse tipo de governo, que segundo Antunes (2011, p. 25), teve desde logo um duplo significado: “por um lado, reprimiu fortemente os distintos movimentos operários dos respectivos países e, por outro,

abriu caminho para a estrada da internacionalização e da ampliação do imperialismo norte-americano no continente”. Tal autor afirma que:

No Brasil, o golpe foi desencadeado em 1964, momento em que se desenvolveu um projeto capitalista dependente e subordinado, controlado por um Estado autocrático-burguês fortemente repressivo e ditatorial que reprimiu de maneira dura o movimento operário, desenvolvido durante os anos anteriores. O rebaixamento crescente dos salários dos trabalhadores possibilitou níveis de acumulação que atraíram o capital monopolista. Desse modo, a expansão capitalista industrial no Brasil intensificou sua tendência - presente, aliás, em toda a América Latina - de estruturar-se com base em um processo de superexploração do trabalho, articulando salários degradados, jornadas de trabalho extenuantes e extrema intensidade nos ritmos e tempos do trabalho, dentro de um padrão industrial significativo para um país subordinado. (ANTUNES, 2011, p. 32).

Com as forças sindicais entevadas, lideranças exterminadas, repressão brutal aos trabalhadores e aos militantes da esquerda e do movimento operário, tem-se um excelente cenário para a primeira experiência mais profunda de implementação das políticas neoliberais no mundo. Porém é especialmente a partir da década de 1980 que a América Latina começa a sentir os efeitos negativos do neoliberalismo e das tendências essencialmente regressivas da reestruturação produtiva imposta pelo capital, com todo seu corolário ideológico e político. Esse duplo processo, desenvolvido em escala mundial a partir dos anos 1970, forçou uma redefinição dos latino-americanos frente à nova divisão internacional do trabalho, em uma fase em que o capital financeiro começava a ampliar sua hegemonia no mundo do capital (ANTUNES, 2011).

A fusão entre o neoliberalismo e reestruturação produtiva, dentro de um universo conduzido pelo capitalismo financeiro, gerou profundas transformações no mundo do trabalho. Informalidade, flexibilização e terceirização passam a ser imperativos empresariais. Na década de 1990 o Brasil iniciou sua reestruturação produtiva, a financeirização da economia e a livre circulação de capitais, as privatizações do setor produtivo estatal e a flexibilização da legislação trabalhista. Em suma, consolidou-se a pressão para uma nova inserção do país na nova divisão internacional do trabalho sob hegemonia neoliberal e financeira. As práticas de desregulamentação, flexibilização, privatização, desindustrialização se ampliaram, assim como a informalidade, a terceirização, o subemprego e o desemprego. Ainda, a mundialização do capital tem permitido ao capitalismo tornar global a produção das multinacionais, fazendo cadeia de produção em diferentes países, criando um exército mundial de reserva e, desta maneira, fragmentando também a classe trabalhadora que não pode responder com uma organização a nível mundial (ANTUNES, 2018).

A classe trabalhadora no Brasil e na América Latina

Na seção anterior, foram apresentados os fatores que possibilitaram a formação de diferentes tipos de estruturas dependentes, seguindo a explicação dada por Vania Bambirra, que criou as tipologias A e B para classificar as diferentes configuração pela qual passaram os países da América Latina no seu processo de industrialização, conformando então, a compreensão de que a dependência econômica engendra os parâmetros das possibilidades estruturais. Explicar a formação da indústria em uma determinada localização se faz necessário pois:

desde a primeira Revolução Industrial, o sentido do desenvolvimento de qualquer sociedade passou a ser dado pela indústria manufatureira. Porque a indústria é a base econômica de um sistema social novo, o capitalismo, que por sua força e dinamismo tinha as condições de se impor, subjugar e liquidar os demais sistemas. E isso devido à grande capacidade que a revolução das forças produtivas engendrava, gerando formas superiores de domínio da natureza, de relação entre as classes e entre os indivíduos. (...) E também no caso dos países em que sua importância relativa não é ainda preponderante, a mera existência de um processo de industrialização em marcha - seja no nível nacional ou internacional - traz como consequência a subjugação dos demais setores à indústria e tende a se transformar no centro da dinâmica do desenvolvimento econômico e social. Isso se pode constatar a partir da alteração da base morfológica e ecológica da sociedade, passando pela geração de novas necessidades, até a desagregação das formas econômicas e sociais anteriores e o surgimento de novas classes por ela gerado, o que provoca variações no eixo das contradições e nos conflitos da sociedade. (BAMBIRRA, 2013, p. 61 e 62)

A industrialização que se iniciou na Argentina, no México, no Brasil, no Chile e no Uruguai ainda que fraca se comparada a países do capitalismo central) a partir do final do século XIX se realiza dentro do contexto do sistema capitalista mundial, no qual esses países têm a função produtiva já definida como exportadores de produtos primários e, em cada um deles, o setor econômico fundamental é o setor exportador (BAMBIRRA, 2013). Neste setor e naqueles que lhe são complementares, se encontram as classes oligárquicas dominantes, compostas pelos latifundiários, proprietários das minas, comerciantes e financistas, que controlam e manipulam o poder econômico e político da sociedade em função de seus interesses e através do aparelho estatal².

Estão dadas as condições que tornaram efetivo o processo histórico-social da industrialização e o consequente nascimento da classe trabalhadora, com as devidas determinações dos interesses objetivos das classes sociais que o impulsionaram. Agora, cabe analisar seu desenvolvimento e seus limites, bem como as contradições geradas. Uma delas é que, nesse contexto de transição do mundo capitalista agrário-exportador para o urbano-industrial, percebe-se a intensificação da ação do Estado, que procurava criar organismos

² E o fazem até hoje, vide a relevância da bancada ruralista no Congresso Federal do Brasil, por exemplo.

<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/03/22/nova-frente-parlamentar-da-agropecuaria-reune-257-deputados-e-senadores-com-25-psl-de-bolsonaro-so-fica-atras-de-pp-e-psd/>

sindicais oficiais a fim de barrar as lutas sociais autônomas desencadeadas pelas correntes revolucionárias do movimento operário, pois em meados do século XIX a América Latina era um campo tomado por lutas provenientes das forças sociais do trabalho. Desde aquele período, o movimento operário latino-americano briga pela conquista de uma legislação social que garanta seus direitos, sendo a expressão disso o peronismo na Argentina, o getulismo no Brasil e o cardenismo no México, dentre outros exemplos marcantes que foram fenômenos políticos inseridos na expansão industrial que começava a se desenvolver no continente (ANTUNES, 2011). Sobre essa temática, Vânia Bambirra (2013, p. 94 e 95) considera que:

Todas as conquistas do proletariado - como a criação de uma legislação do trabalho e, em especial, a legislação sindical (...) - representavam concessões dentro do jogo da política democrática burguesa e eram, nesses casos, condições necessárias dentro do processo de modernização que o desenvolvimento capitalista requer. Além disso, grande parte dessas concessões serviam para manter o controle do aparelho burguês sobre a classe operária. (...) no plano político sua expressão foi o populismo, ou seja, a concepção ideológico-doutrinária que consistia em apresentar os interesses burgueses industriais misturados com os interesses de toda a nação e de todo o povo, e identificá-los com um líder popular, como se fossem interesses supra-classes e, ao mesmo tempo, de todas as classes. E através desse ecletismo se conclamava à unidade nacional, isto é, a unidade de interesses para realização da política de desenvolvimento capitalista nacional.

De forma geral, o desenvolvimento do capitalismo industrial em sua forma mais moderna, utilizado especialmente pela indústria automobilística norte-americana do início XX, surge e se expande através do taylorismo e do fordismo, que acabaram por conformar o desenho da indústria e do processo de trabalho em escala planetária. Foi por meio desse padrão produtivo que a grande indústria capitalista moderna (cuja produção já é marcada pela presença da maquinaria e pela subordinação real do trabalho assalariado ao capital) pôde se desenvolver. Entretanto, dada a particularidade da subordinação e dependência estrutural do capitalismo latino-americano em relação aos países centrais, o taylorismo/fordismo teve - e ainda tem - um caráter periférico em relação àquele que se desenvolveu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Assim:

Na América Latina, esse caminho para o mundo industrial sempre se realizou de modo tardio (ou mesmo hipertardio) quando comparado aos processos vivenciados pelos países de capitalismo hegemônico. E o fez sustentado em um enorme processo de superexploração do trabalho, que combinava, de modo intensificado, a extração absoluta e relativa do trabalho excedente, oferecendo altos níveis de *mais-valia* para o capital. (ANTUNES, 2011, p.22)

Como explicitado anteriormente, o surgimento da grande indústria moderna nos países de capitalismo central seria dificultado se não houvesse contado com os países dependentes, e assim tivesse de se realizar sobre uma base estritamente nacional, pois o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas que permita a especialização de parte da

sociedade na atividade especificamente industrial. Mas além de facilitar o crescimento da indústria do capitalismo central, a América Latina se envolve nesse processo mundial de uma segunda forma, que Ruy Mauro Marini (1990, s. p.) descreve como:

(...) a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção.

Cabe então uma explicação em relação à teoria valor trabalho para maior compreensão dos apontamentos acima. Um produto possui em sua constituição (baixo a organização capitalista de produção) duas formas de valor: de uso e de troca, a utilidade de uma coisa constitui nela o primeiro, já o segundo, aparece, como relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço, conforme descreve Marx (1985a, p. 49):

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa apenas produzir valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. (...) Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido à quem vai servir como valor de uso por meio da troca.

Assim, como criador de valores de uso, o trabalho útil é uma condição de existência da humanidade. Independente de todas as formas de sociedade, há uma eterna necessidade natural de mediação entre vida humana e natureza em diferentes proporções, nas quais as diferentes espécies de trabalho são reduzidas a trabalho simples como unidade de medida e são fixadas por meio de um processo social alheio a quem produz (MARX, 1985a). Naturalmente, o tempo de trabalho necessário para produção de um dado produto se altera a cada mudança na força de produtiva de trabalho, pois esta é determinada por meio de circunstâncias diversas: pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais (MARX, 1985a).

Ainda, o valor de um certo produto será a parcela de trabalho humano nele contido, expresso numa quantia de dinheiro. Desta forma, a força trabalho quando vendida ao capitalista assume, como qualquer outra mercadoria, sua determinação de valor pelo tempo de trabalho necessário à sua produção, “se, portanto, a produção dos meios de subsistência médios diários do

trabalhador exige 6 horas, então ele precisa trabalhar 6 horas por dia para produzir diariamente sua força de trabalho ou para reproduzir o valor recebido por sua venda” (MARX, 1985a, p. 187). E assim, todo o tempo a mais trabalhado do que o necessário para pagar seu valor, converte-se em mais trabalho e conseqüentemente em mais valia. Cabe, contudo a seguinte consideração de Marx (1985a, p. 188), sobre jornada de trabalho:

A jornada de trabalho não é, portanto, constante, mas uma grandeza variável. É verdade que uma das suas partes é determinada pelo tempo de trabalho exigido para contínua reprodução do próprio trabalhador, mas sua grandeza total muda com o comprimento ou duração do mais trabalho. A jornada de trabalho é, portanto, determinável, mas em si e para si, determinada.

É por isso que a mercadoria trabalho tem o papel central no capitalismo, pois distingue-se das outras pelo fato de que seu consumo cria valor e valor maior do que ela mesma custa. Deste modo, o que do lado do capitalista aparece como valorização do capital, é da parte do trabalhador, dispêndio excedente de força de trabalho. A partir da vigência do sistema de metabolismo social do capital, o caráter útil do trabalho e sua dimensão concreta se tornam subordinados a ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada para gerar mais valor, isto é, para a produção de mercadorias e de valorização do capital. Torna-se importante também compreender a dimensão da mais valia, que possui duas formas: a absoluta, que se refere ao valor do qual se apropria o capitalista daquilo que foi produzido pelo proletário, além do que é necessário para esse sobreviver; e a relativa, que se dá devido ao aumento da produtividade do trabalho. Assim:

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa (MARX, 1985a, p. 251).

Este aumento da força produtiva do trabalho em geral é entendido como uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, isto é, que uma menor quantidade de trabalho adquira a força para produzir uma maior quantidade de valor de uso (MARX, 1985a). Por isso, se torna um impulso imanente e tendência constante do capital aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, mediante o barateamento da mercadoria, baratear o próprio trabalhador. Agrega-se a isso o fato de que nem todos os trabalhos são entendidos como iguais dentro da sociedade capitalista, desenvolve-se uma diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados independentemente uns dos outros, como negócios privados de produtores autônomos, num sistema complexo, o que vem a ser entendido como uma divisão social do trabalho. Marx (1985a, p. 71 e 72) explica melhor isso nessa passagem:

A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores adquirem realmente duplo caráter social. Por um lado, eles têm de satisfazer determinada necessidade social, como trabalhos determinados úteis, e assim provar serem participantes do trabalho total, do sistema naturalmente desenvolvido da divisão social do trabalho. Por outro lado, só satisfazem às múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada trabalho privado útil particular é permutável por toda outra espécie de trabalho privado, portanto lhe equivale.

Expostas essas conceituações fundantes da economia política marxiana, que por sua vez embasa a teoria da Dependência Latino Americana, volta-se a essa para compreendê-la como um todo. A expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre as nações industriais e as não industriais, sendo a contrapartida dessa divisão a ampliação do mercado mundial. Assim, por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar, o que vai expressar, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário. Marini (1990, s.p.) esclarece bem esta situação nesta passagem:

(...) transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas — o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade.

Sendo assim, o problema colocado pela troca desigual para a América Latina se configura em como compensar a perda de mais-valia, uma vez que é incapaz de se contrapor à transferência de valor que tal troca implica, no nível das relações de mercado, de tal modo que a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. Logo, o aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. Marini (1990, s. p.) identifica então três mecanismos pelos quais se configuram essa maior exploração e complementa:

a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do

capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro.

Em termos capitalistas, esses mecanismos (que podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. Os dados apresentados na primeira parte desta pesquisa confirmam isso, principalmente no que tange o Brasil, onde quase 60% da população trabalhadora recebeu em 2018 menos do que um salário mínimo, que por sua vez já é defasado em relação ao que se considera justo para viver no país. Soma-se isto o fato de que:

Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. (MARINI, 1990, s. p.)

O que Marini quer dizer nesta passagem é que, devido a situação de que a produção agroindustrial latino-americana ser em sua maioria para exportação, o consumo interno tem um peso pouco relevante para tal segmento econômico. Assim, um nível rebaixado de consumo interno não se torna um problema, o que para o setor de serviços é resolvido na medida em que a partir dos anos 80 amplia-se o crédito direto às pessoas e passa-se a contar com elevado endividamento³ da população. Outro ponto que ele toca nessa passagem é a reposição de mão de obra, que Marx (1985b, p. 204) abordará da seguinte forma:

Grosso modo, os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é absorvida, ora liberada. (...) Com salário em baixa, a população trabalhadora é mais dizimada, de modo que em relação a ela e o capital a ficar excessivo, ou, também como outros explicam, o salário em baixa e a correspondente exploração mais elevada do trabalhador novamente acelera a acumulação, enquanto, ao mesmo tempo, o salário baixo mantém o crescimento da classe trabalhadora em xeque.

Isto é, a superexploração do trabalho também só se faz possível devido ao fato de haver uma grande parte população desempregada, sem utilização pela produção econômica, o que tem como consequência uma baixa nos salários ofertados, bem como nos direitos da classe trabalhadora. O desemprego toma um caráter disciplinador. É a partir dessa perspectiva que Ricardo Antunes (2011, p. 39) profere a seguinte passagem:

³ Em maio de 2020, 66,5% da população estava endividada. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/cnc-endividamento-das-familias-alcanca-665-em-mai-o#:~:text=O%20percentual%20de%20endividamento%20foi,foi%20divulgada%20hoje%20\(20\)](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/cnc-endividamento-das-familias-alcanca-665-em-mai-o#:~:text=O%20percentual%20de%20endividamento%20foi,foi%20divulgada%20hoje%20(20))

Dado o enorme contingente de força de trabalho sobrando, o processo de reestruturação em nosso continente apresenta um traço particular, proveniente da *superexploração da força de trabalho* e dos reduzidos níveis salariais, articulados, em alguns ramos produtivos, a um razoável padrão tecnológico. Isso acontece porque os capitais produtivos que atuam na América Latina buscam mesclar a existência de uma força de trabalho “qualificada” para operar com os equipamentos microeletrônicos com padrões de remuneração muito inferiores aos dos países centrais - onde as empresas têm suas sedes - tudo isso acrescido das formas de desregulamentação, flexibilização e precarização da força de trabalho. A fórmula favorece enormemente a intensificação da característica *superexploração do trabalho*, por meio da extração da mais-valia relativa em combinação com a mais-valia absoluta.

Para se ter ideia da dimensão que tal superexploração tem a nível global, é importante ressaltar que a população do miolo da distribuição de renda no Brasil tem padrão de vida muito inferior à classe média de países ricos, “enquanto o 1% mais rico no Brasil possui rendimento maior que o 1% na França, por exemplo, a renda média dos 90% mais pobres no Brasil equivale à dos 20% mais pobres na França, assim em termos comparados, a nossa classe média é, na verdade, pobre” (CARVALHO, 2018, p 51). Esta expansão da exploração do trabalho, além de aumentar o desemprego, ampliou enormemente a informalidade, a terceirização e a flexibilização da força de trabalho, o que também pode ser constatado pelos dados já apresentados.

Conclusão

Conforme os dados apresentados demonstram, quando se examina a dimensão mercado de trabalho, isto é, as formas de mercantilização da força de trabalho, encontra-se uma condição de heterogeneidade e segmentação, marcada por uma vulnerabilidade estrutural que se reconfigura nos últimos tempos, com formas de inserção (contratos) precários, sem proteção social e com salários mais baixos, tudo isso sob a tutela de estudo do Banco Mundial⁴, o que de alguma forma evidencia, mais uma vez, uma dependência até mesmo para formulação das políticas públicas a serem implementadas. Portanto, se a América Latina foi elemento essencial para a acumulação originária do capital, o que exigiu o emprego da violência em grande escala, percebe-se que tampouco foi ela dispensada na sua trajetória expansionista, ainda que atualmente se faça num grau mais refinado, marcado pelo imperialismo moderno e superexploração de um grande contingente humano.

Referências

AGÊNCIA BRASIL (EBC). **IBGE: desemprego na pandemia atinge maior patamar em agosto.** 2020a. Disponível

⁴ Estudo do Banco Mundial analisa qualidade dos gastos públicos no Brasil - disponível em: <https://news.un.org/pt/audio/2017/11/1601402>

em:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-09/ibge-desemprego-na-pandemia-atinge-maior-patamar-em-agosto>>. Acesso em: 30 set. 2020.

AGÊNCIA BRASIL (EBC). **IBGE: taxa de desemprego de jovens atinge 27,1% no primeiro trimestre.** 2020b. Disponível

em:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/ibge-taxa-de-desemprego-de-jovens-atinge-271-no-primeiro-trimestre>>. Acesso em: 30 set. 2020

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor.** São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão.** São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BAMBIRRA, Vania. **Capitalismo Dependente Latino Americano.** 2ª Edição. Florianópolis: Editora Insular. 2013

CARVALHO, L. **A Valsa brasileira do boom ao caos econômico.** São Paulo: Todavia, 2018.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Panorama Social de América Latina.** 2019. Disponível em:<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44969/5/S1901133_es.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

DWECK, E; SILVEIRA, F. G; ROSSI, P. **Austeridade e desigualdade social no Brasil.** In: ROSSI, P; DWECK, E; OLIVEIRA, A. L. M. (orgs). *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil.* São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2018. pp 32-56.

FIORI, J.L. **Globalização, hegemonia e império.** In: FIORI, J.L. & TAVERES, M.C. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização.* 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes,1998a. p.87-147.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência.** Tradução de Cláudio Alves Marcondes. São Paulo: Brasiliense, 1980

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira.** 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>> Acesso em: 30 set. 2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/LJQ1fR>>. Acesso em: 17 set. 2020.

MARINI, Rui. M. **Dialética da Dependência.** Editora Era, México, 1990, 10ª Ed. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf>. Acesso em 08/06/2020.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume I, Livro primeiro, Tomo I. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1985a.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume I, Livro primeiro, Tomo II. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1985b.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Panorama Laboral de América Latina y el Caribe**. 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_732198.pdf> Acesso em: 30 set. 2020.

OXFAM BRASIL. **País Estagnado: Um Retrato das Desigualdades Brasileiras**. 2018. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

Resumo: Este artigo tem a atividade do trabalho como fio condutor para analisar a formação econômica da América Latina e do Brasil. Para isso, inicia-se mostrando as condições atuais da região no que diz respeito às taxas de ocupação, desocupação, rendimentos e empregabilidade nos setores econômicos. Em seguida passa-se para uma apresentação da teoria da dependência, para então analisar a categoria de superexploração do trabalho, essencial para compreensão da realidade da classe trabalhadora neste país e no seu continente.

Palavras-chave: Teoria da Dependência. Superexploração do trabalho. Divisão Internacional do Trabalho. Formação Econômica do Brasil.

Abstract: This article has the activity of work as a guideline to analyze the economic formation of Latin America and Brazil. To this, it begins by showing the current conditions in the region, with regard to occupancy, unemployment, income and employability rates in the economic sectors. Then it moves on to a presentation of the theory of dependency, to then analyze the category overexploitation of work, essential for understanding the reality of the working class in this country and on its continent.

Keywords: Dependency Theory. Overexploitation of work. International Division of Labor. Economic Formation of Latin America and Brazil.

* Recebido em: 08/09/2021

* Aceito em: 30/11/2021

LUTAS ESTUDANTIS E JUVENIS NA AMÉRICA LATINA

Diego Marques*

Introdução – Internalismo e Externalismo Estudantil e Juventude Marginal

O objetivo deste artigo é fazer uma análise das mobilizações estudantis e juvenis, tendo como objetivo os casos concretos que ocorreram na América Latina nos últimos anos. Para as mobilizações estudantis utilizaremos de duas categorias, uma que chamamos de internalismo, e outra que chamamos de externalismo; a primeira diz respeito às mobilizações estudantis que ocorrem dentro das instituições escolares e universidades, ao passo que a segunda categoria, a externalista, caracteriza-se por mobilizações estudantis que vão além dos muros das instituições. Como contraponto a estas formas de mobilização estudantil, apresentaremos a mobilização dos jovens piqueteiros, juventude lumpemproletarizada, que se mobilizou na Argentina na virada dos anos de 1990 para os anos 2000.

Entre as organizações estudantis latino-americanos encontramos duas trajetórias. Uma que trilha os caminhos das instituições onde os estudantes se encontram, e aqui não falamos das entidades, mas sim das diversas organizações, ideias, projetos que não se tornaram oficiais, mas que mesmo assim são mobilizações direcionadas para as instituições, são lutas dentro das instituições; e outra trajetória é a que segue pelos caminhos das lutas políticas de sua época, reivindicando demandas populares, da classe trabalhadora, do movimento camponês, ou mesmo em movimentos políticos vinculados às classes intelectual (reforma universitária) ou burocrática (reforma do Estado); essas ramificações do movimento estudantil estão direcionadas para fora das instituições.

A primeira trajetória das organizações estudantis tem a forma de mobilização interna, pois se mobiliza por objetivos especificamente estudantis, é um movimento estudantil internalista, ou uma mobilização dentro de uma instituição escolar. O outro tipo de trajetória das organizações estudantis se dá nas mobilizações que expressam interesses genéricos, a “demanda externa” se torna elemento principal, e as reivindicações expressam claros interesses de classe. Logo, estas mobilizações acontecem fora da escola: este é o movimento estudantil externalista, ou uma mobilização extra-institucional.

* Doutor em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas/CEPPAC da Universidade de Brasília/UNB e professor do Instituto Federal Goiano/IFGO.

Como contraponto às duas trajetórias de organizações estudantis, apresentamos uma outra forma de mobilização, a do jovem piqueteiro, fenômeno que nos ajuda a entender a diferença concreta entre organizações estudantis e organizações juvenis. O jovem piqueteiro é o jovem lumpemproletário, que no seu período de ressocialização deveria estar frequentando a instituição escolar, mas que devido à degradação extremada das condições de vida, sua família foi empurrada para a classe do lumpemproletariado, fenômeno que aconteceu em larga escala na sociedade Argentina na virada do século XX para o século XXI.

Atualmente, tanto nas organizações juvenis quanto estudantis, é forte a tendência de se organizar de maneira autônoma, que se baseia na luta direta e que não possuem hierarquias internas. A maior parte das mobilizações massificadas do movimento estudantil na atualidade, com exceção das ramificações conservadoras, não tiveram direção de organizações partidárias, de jovens ou estudantes filiados a partidos, ou mobilizações hierárquicas, ou voltadas para a representação política nas instituições do Estado. E no caso de campanhas que articularam várias organizações em torno de um objetivo comum, as organizações burocráticas foram submetidas à forma de mobilização autônoma compartilhada pelas demais organizações. No movimento juvenil e no movimento estudantil contemporâneo existe uma maior presença relativa das organizações autárquicas (VIANA, 2016b), que são independentes de partidos, do estado, sindicatos, organizações religiosas, ou outras instituições. São auto-organizadas e não têm como forma de organização a divisão entre dirigentes e dirigidos.

Agora os objetivos se diferenciam de acordo com a mobilização, e estes dão indícios que ajudam na análise do vínculo da organização. Os objetivos ajudam a entender a dinâmica internalista ou externalista das organizações estudantis, bem como diferenciá-la de uma organização de origem no movimento estudantil ou no movimento juvenil. Vamos utilizar alguns exemplos de trajetórias de mobilizações estudantis que são internalistas e externalistas e, ao final, fazer a comparação com um movimento juvenil também autônomo e de origem de classe, o movimento de jovens piqueteros

A relação das classes com o movimento estudantil é bastante complexa, porque este é um grupo definido pela instituição escolar e porque sua composição social é policlassista, daí que em épocas não-revolucionárias, os estudantes não são estimulados pelo movimento dos trabalhadores, ao contrário, tendências do movimento estudantil se

voltam para a prática de “despertar” os trabalhadores. Assim, a análise da relação de classe com o movimento estudantil depende da análise da trajetória que a organização percorreu. Se internalista a tendência é relacionar com várias classes, expressando interesses genéricos, quando a ramificação não se pauta pelos interesses específicos do grupo; sendo de trajetória externalista, a ramificação pode ter um vínculo mais íntimo com determinada classe e assim tomar como interesses seus o interesse da classe com a qual se solidariza.

Nesse sentido, se torna importante conhecer quais ideias tal ramificação está identificada, daí a atuação regular da tendência que orienta os estudantes a atuarem em defesa da classe trabalhadora, dos camponeses, dos moradores de bairro de periferia, etc. Logo, a orientação que se estabelece em tal forma de mobilização passa a “expressar interesses de movimentos políticos dentro do movimento social” (VIANA, 2016a, p. 44). O movimento estudantil não pode simplesmente seguir uma classe, pois ele é policlassista, entretanto, tendências podem se vincular a classes, e mais exatamente, uma determinada elaboração de ideias pode inclusive negar sua identidade estudantil e se afirmar na sua identificação como “povo”, “proletário”, “periférico”, etc. Contudo, tal identificação não deixa de trazer consequências para o desenvolvimento prático de sua mobilização, consequências que iremos analisar no final deste trabalho.

Os movimentos estudantis latino-americanos de trajetória internalista, ou de mobilizações dentro das instituições escolares, aconteceram e vêm acontecendo como reação direta às reformas no setor da educação, e nas últimas décadas é a renovação neoliberal do estado e das políticas educacionais o motor direto dessas mobilizações. Com planos e metas elaborados pelos organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial, BID, etc.) em troca de financiamento da dívida pública, os Estados Neoliberais aderiram ao “ajuste neoliberal”, tal como analisado por Laura Tavares Soares em sua tese:

Queremos destacar que essa ideologia espalhou-se para além dos limites do setor produtivo, estendendo-se para a Área Social, como a Saúde e a Educação, onde a "superioridade" do setor privado foi também apregoada. Durante muitos anos a lógica privatista dominou esses setores (entre outros) do ponto de vista das políticas e práticas governistas. Os resultados são facilmente verificáveis, não causados pelo "excesso" de Estado, mas pela sua privatização interna. Aqui podemos encaixar, na sequência, outra ideia cara ao neoliberalismo (e explicitada no receituário do FMI e do consenso de Washington) que é a do estabelecimento de um "Estado Mínimo" que cumpra apenas com algumas funções básicas como a educação primária, a saúde pública e a criação e manutenção de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico. Ou seja, a proposta era a de que o Estado se afastasse das funções que não

fossem "prioritárias" para a alavancagem de um desenvolvimento "autônomo e "auto-sustentado" (SOARES, 1995, p. 177).

Nesse sentido, aconteceram em diferentes países na América Latina e são um sintoma da transformação neoliberal do Estado capitalista subordinado no continente. Os investimentos estatais em educação são reconfigurados, sendo orientados para a educação básica (alfabetização) e nos demais níveis de ensino a orientação privatista, que em termos de gasto no orçamento, não significou redução de verba, mas sua transferência para o setor privado.

A precarização e a privatização do sistema público de ensino foram contestadas pelo movimento estudantil em diferentes países. Essa transformação dentro das instituições encetou diversas mobilizações estudantis internalistas, que ainda continuam acontecendo.

A Dinâmica Internalista no Chile

O caso chileno é esclarecedor desse processo, pois foi um dos primeiros países a realizar a reconfiguração do sistema de ensino, transformando-o em sua essência em um sistema privado, desde fins da década de 1970, até ser contestado de frente pelas mobilizações estudantis no começo dos anos 2000.

Com um curto período de refluxo, resultado direto da extrema repressão do ditador Pinochet, na primeira parte da década de 1980, encontramos uma intensa mobilização juvenil, abarcando estudantes, jovens desempregados, de movimentos culturais, organizações juvenis, que remonta aos anos de 1960, passando pelo contexto do governo Allende e a movimentação proletária e demais setores, avançando para a oposição à ditadura, e em seguida opondo-se aos efeitos das reformas neoliberais ao longo da transição dos anos de 1980 e 1990 e o fim da ditadura de Pinochet.

Para o caso chileno, as movimentações estudantis contemporâneas possuem dois momentos cruciais: o ano de 2006 com a revolta generalizada entre os secundaristas; e em 2011, com a mobilização estudantil dos jovens universitários apoiada por amplos setores da população, inclusive jovens não estudantes, reunidos em organizações políticas, culturais, desempregados, etc. Há, no Chile, um grande movimento de resgate de concepções políticas, sobretudo, da tradição anarquista, que se espalha e agita entre os jovens estudantes. Apesar de as informações serem dispersas e em pouca profundidade, sabe-se da existência de várias rádios comunitárias, jornais e coletivos políticos,

encontros e seminários, manifestações de rua, e é nestes espaços que a juventude chilena experimenta uma sociabilidade alternativa e marginal às relações sociais dominantes na sociedade, levando para o movimento estudantil práticas e relações sociais que questionam a situação estudantil e aspectos da sociedade chilena.

A libertação para a radicalização do movimento estudantil ocorre com a onda de manifestações conhecida como “*El Mochilazo*” no início do ano de 2001, ocasião em que os estudantes se organizaram para rever o sistema de concessão de passe escolar no sistema de transporte de Santiago; o tipo da organização e a vitória dos objetivos do movimento abrem uma nova era para o movimento estudantil chileno:

A comienzos del año 2001, una serie de manifestaciones de los estudiantes secundarios lograron “estatizar”, dentro de un sistema de gerencia privada del transporte colectivo, la administración del “pase escolar”, documento que permite a los estudiantes tener una tarifa reducida en el transporte colectivo. Dos días de manifestaciones, cada una con más de 10 mil manifestantes, diez días de paro en los establecimientos más importantes de la comuna de Santiago y un escándalo de corrupción producido por el giro de pagos de los pases escolares hacia la cuenta bancaria de un dirigente del transporte, finalizaron con el regreso de la administración del pase escolar al Ministerio de Educación. A partir de “el Mochilazo”, el mundo de los estudiantes secundarios comienza una serie de transformaciones a nivel de organización política y social, un proceso que vería los resultados en solamente cinco años (TORRES, 2010, p. 12).

Passado este primeiro ensaio de mobilização estudantil, com os objetivos garantidos, em cerca de cinco anos uma nova onda de organização, mobilização e conscientização dos interesses estudantis marca a emergência do movimento chamado “*Revolución de los Pingüinos*”. No começo do governo de Michele Bachellet explodem as primeiras manifestações contra o limite do passe escolar (dois por dia) no início do mês de abril de 2006 e contra o aumento no valor da *Prueba de Selección Universitaria*.

Surgem manifestações pontuais, com cortes de pista, assembleias e paralisações na busca de pressionar as autoridades. Porém, os canais de diálogo do governo não fluíam devido à nova posição autônoma da organização estudantil. Revivendo aos acontecimentos do “*Mochilazo*”, a mobilização dos “pingüinos” ocorre no contexto de rompimento do movimento estudantil com organizações burocráticas e vinculadas a partidos políticos ou instituições do Estado Chileno. A ruptura dá-se em fins dos anos de 1999 e começo dos anos 2000, com os estudantes abandonando organizações como a FESES (“*Federación de Estudiantes Secundarios de Santiago*”) e a “*Parlamento*

Juvenil”, todas estas com membros com ligações com autoridades estatais, partidárias e religiosas.

En un “congreso de refundación” de la FESES del año 1999, último año de existencia de la tradicional federación, la “Asamblea Coordinadora de Estudiantes Secundarios” (ACES), fue propuesta como una nueva organización, de tipo “horizontal” y “autónoma” de la tutela de los partidos políticos. Dos factores se presentan como elementos principales de explicación de este proceso: de una parte, el quiebre de la mayoría de los estudiantes políticamente activos con la forma de organización tradicional partidaria y, por otra parte, la definición de posturas divergentes entre los establecimientos y organizaciones de la periferia de Santiago con los establecimientos del centro de la capital (TORRES, 2010, p. 8).

Libertado das amarras das imposições partidárias e institucionais, o movimento estudantil em Santiago do Chile passa a viver uma nova fase, marcada pela massificação da mobilização e pela consolidação de métodos de mobilização que têm como objetivo paralisar e ter maior pressão sobre as autoridades. Tais métodos que se generalizam são os métodos de corte de pista, ocupações, paralisações e greves, propaganda generalizada, atividades culturais, etc. Sob a criação da ACES, aglutinando diversos coletivos locais, vimos um movimento estudantil atuante e organizado, reagindo a mediadas governamentais e também propondo projetos de políticas públicas. Assim, em 2006, passaram-se seis anos de mobilização estudantil, amadurecidos pelas experiências de ruptura política e de conquista de reivindicações.

No interior dos agrupamentos mais mobilizados algumas reivindicações amadureciam, refletindo um alto grau de conscientização dos estudantes acerca de sua inserção na sociedade. Depois de 2001 amadurece a consciência de conquista dos objetivos de: desmunicipalização da educação, pois no Chile é através da municipalidade do ensino que é transferido dinheiro público e financiada a educação privada; reforma da *Ley Orgánica Constitucional de la Educación* (LOCE), sistema jurídico que estrutura o ensino chileno, sendo este voltado para objetivos mercadológicos; e por fim, a necessidade de estruturar programas acadêmicos e atividades que justifiquem a Jornada Escolar Completa (JEC), o ensino integral no Chile (TORRES, 2010).

Por outro lado, demandas imediatas se fortalecem, como a necessidade anual de reivindicar o direito ao passe escolar e contra os altos custos das taxas de provas universitárias. Quando do início das primeiras mobilizações em abril de 2006 o governo não se dispôs em negociar com o movimento, e a inexistência de lideranças estudantis aumentava o fosso entre o movimento e as instituições burocráticas do Estado; o

movimento em torno da ACES mantém coesão, e as ações locais, por colégio, dificultam a contenção. Com a intensificação da mobilização, a resposta repressiva é também aumentada, e como em diversos outros contextos repressão resultou em aumento da mobilização:

A comienzos de mayo, diversas manifestaciones fueron reprimidas por carabineros, especialmente la manifestación del jueves 4 de mayo que termino con la inédita suma de 622 participantes detenidos. A consecuencia del impacto mediático de ésta última manifestación, el Ministro de Educación, M. Zilic, propone un programa de trabajo con los dirigentes de los establecimientos más representativos de Santiago. Sin embargo, la proposición no produjo satisfacción a todos los estudiantes secundarios. Las reivindicaciones de los estudiantes exigían todavía la gratuidad de la PSU y del “pase escolar” para los tres quintiles más pobres de la población y sumaban como reivindicación una revisión de la “JEC”. La jornada de “paro nacional” del 10 de mayo será recordada como una de las más violentas durante la movilización de los estudiantes secundarios, la que termina con más de mil manifestantes detenidos a nivel nacional (TORRES, 2010, p.13).

Em seguida, uma série de ocupações de centenas de escolas secundaristas em todo o território nacional pressiona ao governo de Bachelet a abrir negociações e apresentar medidas concretas para os estudantes. Nesta nova fase, marcada pela autonomia, auto-organização e ação direta, o movimento estudantil logra conquistar suas demandas, intervir politicamente e se organizar. A *Revolución de los Pinguinos* finaliza com importantes vitórias para o movimento:

Finalmente, en un hecho inédito, el jueves 1 de junio, la presidenta Bachelet se dirige a la nación en cadena nacional de radio y televisión para anunciar nuevas medidas. Concretamente, el anuncio presidencial proponía: la gratuidad de la PSU y del pase escolar para los cuatro quintiles más pobres de la población. El aumento de becas de alimentación, la inversión en infraestructura para 500 establecimientos, la creación de un proyecto de ley para mejorar la educación et la constitución de una “Comisión Presidencial” para revisar la JEC y la LOCE (TORRES, 2010, p. 17).

No ano de 2011 novas mobilizações estudantis estouram no cenário político nacional chileno; desta vez, os estudantes universitários é que se mobilizam. De fato, estes jovens universitários são o resultado da mobilização daqueles estudantes secundaristas no ano de 2006, agora amadurecidos pela vida acadêmica, e mais importante ainda: a experiência de luta dos anos passados. A mobilização começou quando convocatórias chamaram para debater a ineficácia do sistema de bolsas e os problemas com o crédito nacional estudantil; inicialmente, reuniões e pequenas manifestações de rua chamaram a atenção para o problema anual com o pagamento das matrículas e financiamento do curso, mas tão logo as manifestações ganharam consistência, tanto em termos de adesão quantitativa, quanto de formulação de objetivos

claros, assim, a consolidação do movimento avança para o questionamento do projeto dominante de educação, propondo uma educação pública a partir de três pontos: “1) *Acceso con equidad, calidad, integración y heterogeneidad social en la matrícula*; 2) *Aumento del financiamiento público de la educación* y 3) *Democratización del sistema educativo y las instituciones* (Urta, 2012).” (CUBIDEZ, 2014, p. 13).

Esta mobilização se somou à antiga mobilização dos estudantes secundaristas por desmunicipalização da educação. Além disso, diversos movimentos sociais, organizações políticas, familiares, jovens desempregados, enfim, diversos setores da sociedade civil, apoiaram a mobilização estudantil por educação gratuita, culminando nas maiores manifestações de rua na sociedade chilena desde muitas décadas, provavelmente desde o período anterior à ditadura de Pinochet:

En el mes de junio tuvieron lugar las manifestaciones más masivas convocadas conjuntamente por la CONFECH, las organizaciones de los estudiantes secundarios y el Colegio de Profesores; las marchas, paros y jornadas de movilización contaron con la participación y el apoyo masivo de otros actores y sectores de la sociedad. Las consignas fueron claras y contundentes: ¡Fin del lucro en la educación! ¡A desmunicipalizar sin privatizar! Democracia en las Escuelas, Institutos y Universidades ¡No más endeudamiento! ¡Chile se une para recuperar la educación pública! ¡La educación chilena no se vende, se defiende! El movimiento estudiantil se estaba prefigurando como un amplio movimiento social y ciudadano por la educación pública (CUBIDEZ, 2014, p. 13/4).

Na tentativa de responder ao movimento, o governo chileno irá propor o *Gran Acuerdo Nacional por la Educación*, mas os estudantes universitários, secundaristas e professores fazem uma contraproposta, chamada *Bases para un Acuerdo Social por la Educacion Chilena* objetivando a educação pública:

La educación pública debe ser gratuita, en todos sus niveles, entendiendo que el Estado debe proveer de los recursos necesarios para garantizar de manera plena el derecho sin ningún tipo de restricción socioeconómica (CUBIDEZ, 2014, p. 14).

Um dos principais momentos da generalização da mobilização em 2011 se deu com a organização de duas mega-marchas, a *Marcha familiar por la educacion* e o *Domingo Familiar por la educacion* realizadas no mês de agosto, uma grande demonstração de forças da mobilização, com a incrível capacidade de atrair um grande contingente da população nacional em torno do debate sobre a educação. Nos anos seguintes, tramitará uma nova lei da educação nacional, incorporando as demandas estudantis e buscando ampliar o ensino gratuito no Chile. A reflexão sobre a nova lei foge

aos objetivos deste trabalho, entretanto, a constatação de que a mobilização conseguiu alterar o sistema legislativo é uma informação de extrema relevância para este trabalho.

O movimento estudantil pela educação gratuita se torna vitorioso sem lideranças, nenhuma organização de vanguarda, ausência de estruturas hierárquicas e autonomia em relação às instituições estatais, partidárias ou religiosas; e outro fato igualmente notável: a inexistência de organizações de adultos (sejam elas de professores, sindicatos, partidos, instituições do estado), sendo todo o espaço de mobilização movimentado e dirigido pelos estudantes.

A Dinâmica Internalista na Colômbia

Também na Colômbia as ramificações do movimento estudantil de trajetória internalista se contrapuseram às reformas neoliberais da educação. A mobilização configurou-se de forma autônoma, através da luta direta, sem lideranças e divisão de hierarquias dentro das organizações. A trajetória internalista do movimento estudantil se reorganiza com a proposta de reforma de Lei de Educação Superior apresentada pelo presidente Juan Manuel Santos em março de 2011. A articulação produz a Mesa Ampla Nacional Estudantil e a proposta de Lei Alternativa da Educação Superior. O rechaço à nova lei era devido aos seus objetivos: "el desmonte sistemático del financiamiento público, en las alianzas 'público-privadas' para la apertura a inversionistas privados con animo de lucro" (CUBIDEZ, 2014, p. 10), que gerou insatisfação dos estudantes que a compreenderam como contrapartida à reestruturação do mercado de trabalho. A Mesa Ampla Nacional Estudantil se definiu como:

un espacio amplio, democrático, pluralista, de orden local y nacional que aglutina las diferentes expresiones organizativas del estudiantado colombiano" (Prensa Estudiantil, 2011b), organizada a partir de tres instancias de coordinación: un plenario nacional, como instancia máxima de decisión sustentada en la forma asamblearia con participación libre y directa; los comités operativos, orientados a dirimir los disensos y dinamizar los consensos del movimiento en los tres ejes de acción establecidos: lo programático, lo organizativo y la agenda de movilización (MANE, 2012); y las vocerías nacionales rotativas que actuarían como interlocutores del movimiento a nivel nacional, sin intermediación ni representación de organizaciones ni instituciones a nivel particular. Las vocerías tuvieron como función principal las mediaciones y relaciones con el gobierno, los medios de comunicación y la opinión pública y los procesos de articulación continua con los sectores sociales y populares (CUBIDEZ, 2014, p. 11).

A forma de organização interna da MANE se caracterizou pela pluralidade de ideias, decisões por assembleia, luta direta, sem burocracia e representação, bem como

pela rotatividade das funções, como alternativa à divisão de funções e contra a representação. Já a forma de mobilização buscou pressionar as autoridades governamentais através da mobilização da sociedade civil:

“La apelación a formas mas creativas, culturales y artísticas no es un elemento exclusivo de esta generación de activistas juveniles, los estudiantes históricamente han combinado formas de protesta tradicionales (paros, marchas, bloqueos, tomas, tropel...) con acciones más lúdicas y creativas; de la actual experiencia de movilización destacamos la novedad de los abrazatones y besatones por la educación, la marcha de antorchas, los festivales y carnavales que acompañaron las jornadas de movilización, los flashmobe, las innumerables expresiones audiovisuales que inundaron conjuntamente las calles y las redes sociales y la participación directa en espacios institucionales de representación política, es el caso de la intervención de los voceros nacionales en audiencias públicas en el Congreso de la República” (CUBIDEZ, 2014, p. 11).

Contudo, essa orientação civilista do movimento estudantil colombiano, não quer dizer que seja uma trajetória externalista, mas sim que para atingir os objetivos específicos dos estudantes somente era possível através de uma luta auto-organizada e atraindo os diferentes setores e classes da sociedade para o apoio à demanda estudantil. Por outro aspecto, essa configuração da mobilização (lúdica, criativa, beijaços, carnavais combinados com marchas, flashmob) tem de ser compreendida como mobilização que crítica das organizações burocráticas e das entidades oficiais do movimento estudantil e busca satisfazer necessidades estudantis através da própria auto-organização. Por outro lado, a influência da ideologia pós-estruturalistas em algumas ideias do movimento estudantil conduz alguns analistas para a análise ingênua e abstraída do contexto social em que surge

Frente al ordenamiento jerárquico, centralizado y dirigido por una idea evolucionista de desarrollo y de destino común preestablecido (que en el actual momento histórico toma la forma de la necesidad de insertarse en la globalización mercantil), emergen modos moleculares de agrupación y de participación de los jóvenes caracterizados por ser cambiantes, múltiples, informales, sin jerarquías definidas, no orientados por ideas trascendentes de política ni por universalismos esencialistas (de “bien general”, “ley”, “justicia”), pero que permanentemente transforman el llamado “orden social” y hacen evidente que otro mundo se crea y se efectúa constantemente” (CUBIDEZ, 2014, p. 115).

A inexistência de um projeto político no movimento estudantil contemporânea abre espaço para esse tipo de “enquadramento interpretativo”. Contudo, analisando a trajetória internalista, não podemos concordar que essas novas mobilizações sejam resultado de uma ação individual que se faz pela simples vontade de contestar, ela demonstra a crítica das instituições do Estado (partidos, eleições, políticos profissionais,

etc.) e um modo de atuar que não está voltado para obter representação ou inserção nas instancias de decisão. Nesse sentido a participação nas audiências públicas estava vinculada a outras estratégias que envolvia marchas, cortes de rodovias, produções culturais, panfletagens, enfim, mobilizações que buscam envolver o conjunto dos estudantes de forma auto-organizada, e não através de mecanismos de representação política e organização burocrática.

A trajetória internalista pode até desenvolver a ação civilista¹ para pressionar as autoridades governamentais com o apoio de setores da população, com a chamada “força das ruas”, mas o seu conteúdo (objetivos, ideias, organização) ocorrem como um desdobramento da luta dentro das instituições escolares. Em outro caminho trilhado, a trajetória externalista do movimento estudantil busca influir nas lutas políticas da sociedade, interferindo nos rumos dos acontecimentos e defendendo determinados interesses. Essa trajetória, por si só, não significa uma consciência da auto-organização estudantil que, como vimos, desdobra-se atualmente nas lutas estudantis internalistas, assim como dentro das instituições escolares outras instituições interferem nas organizações estudantis, também nas mobilizações externalistas outras instituições podem interferir (partidos, associações, sindicatos, grupos religiosos, grupos políticos, etc.) e efetivamente nesse caminho as mobilizações estudantis se tornam mais suscetíveis de estar vinculadas a outros grupos. A trajetória externalista somente significa que se dá fora da instituição.

A Dinâmica Externalista no Brasil e no México

Para identificar a trajetória externalista de ramificações do movimento estudantil, vamos analisar, brevemente, dois casos: o movimento caras-pintadas no Brasil, em 1992, e o movimento Yo Soy 132, no México, no ano de 2012.

Em outra parte do continente latino-americano também a mobilização estudantil permanece ativa desde as últimas décadas, tratando-se da sociedade mexicana. Impulsionada por outras movimentações mais gerais no contexto mexicano (tais como movimentos de classe do campesinato, proletariado, reestruturação capitalista, reformas

¹ Ação civilista é um termo cunhado por Nildo Viana, na obra *Os Movimentos Sociais* (2016), e busca explicar a dinâmica dos movimentos sociais que não têm como foco de sua atuação o Estado, mas sim a sociedade civil, buscando organizar grupos, organizações, indivíduos dentro da sociedade civil.

na estrutura do estado e lutas políticas mais amplas), o movimento estudantil no México age em contexto de intensa transformação social, com a juventude crescendo e sendo socializada em uma sociedade em crise social permanente e subordinada aos interesses neoimperialistas dos EUA na região, intervenção que ocorre desde o favorecimento à expansão econômica das indústrias de tipo *maquillas*, crescimento do tráfico de entorpecentes, submissão aos interesses comerciais dos EUA, intervenção militar indireta, e sobretudo em estratégias preventivas contra os movimentos sociais e de classe que regularmente explodem no México.

Recentemente, o Movimento *YoSoy132* iniciou-se como parte da rejeição ao projeto neoliberal representado pelo então candidato presidencial Peña Nieto. Rapidamente a rejeição generalizada entre os estudantes estimulou a criação de reuniões e da organização de assembleias em diversas universidades para debater mecanismos de contestação ao candidato. O objetivo que reunia a todos os jovens estudantes era o de barrar a candidatura de Peña Nieto, além da crítica ao monopólio dos meios de comunicação que somava-se ao primeiro objetivo. Exemplar da mobilização do Movimento *YoSoy132* foi a ocupação de rede de televisão Televisa, ocasião em que o movimento apresentou o seu manifesto, que em determinado momento afirmava buscar os seguintes objetivos:

[...] un movimiento estudiantil y social, político, apartidista, pacífico, autónomo, antineoliberal, independiente de los partidos, candidatos y organizaciones que responden a un programa electoral; un movimiento democrático donde la toma de decisiones emana de sus asambleas locales y generales, que ha trascendido la coyuntura electoral y seguirá organizándose y luchando para transformar profundamente a México, como contrapeso a cualquier decisión y política que vulnere los derechos e intereses de nuestro pueblo (CUBIDEZ, 2014, p. 17).

A rejeição ao candidato presidencial em 2012 foi somente o estopim de sentimentos e necessidades latentes para uma parcela dos estudantes mexicanos. A mobilização do movimento *Yo Soy 132* iniciou-se dentro das universidades, motivada por um discurso de campanha de Peña Neto na Universidad Iberoamericana que mobilizou os estudantes, sendo a quase totalidade da base social desta mobilização, mas em nenhum momento se restringiu ao ambiente institucional universitário.

Os objetivos da campanha *Yo Soy 132*, que aglutinou centenas de organizações estudantis e milhares de estudantes, eram se contrapor ao projeto neoliberal, às constantes denúncias de fraudes no sistema eleitoral e à cobertura dos meios de comunicação,

identificados como alinhados ao projeto de transformação Neoliberal do Estado. Em nenhum momento reivindicações especificamente estudantis hegemonizaram a campanha, que tinha como objetivo alterar o quadro das políticas estatais.

Em outro aspecto, a forma de mobilização reproduziu elementos que já vimos em outras ramificações do movimento estudantil, como organizações autônomas, funcionando sobre o esquema da horizontalidade, rotatividade, sem lideranças e representação, opondo-se à forma de mobilizar-se característico das organizações burocráticas. A força e crescimento da campanha foram expressadas por Raúl Romero:

Mientras en los principales noticieros de Televisa intentaban disminuir el impacto de la protesta, en las universidades y en las redes sociales la gente comenzaba a organizarse. Los estudiantes de la Ibero crearon el colectivo #Másde131 y animaron la formación de la Coordinadora Interuniversitaria, la cual agrupó a estudiantes de diferentes instituciones públicas y privadas de educación media superior y superior. La tarea principal de la coordinadora fue organizar en una red de redes a los miles de colectivos que se iban sumando [...] Así sucedió el 30 de mayo, fecha en la que más de 6 mil jóvenes asistieron a las instalaciones de la Universidad Nacional Autónoma de México a la primera reunión del #YoSoy132. Al principio, hubo mucha desorganización: algunos estudiantes enfocaban todas sus propuestas para incidir en las elecciones, otros argumentaban la necesidad de trascender el proceso electoral y no faltó quien emotivamente habló sobre derrocar al Estado y su democracia burguesa (ROMERO, 2018, p. 115).

Embora mobilizando estudantes e muitas vezes reunidos em universidades, a mobilização se dava basicamente nas ruas da Cidade do México, em ocupações dos meios de comunicação (Televisa e TV Azteca) e com reivindicações genéricas, embora como Romero deixa entrever, reivindicações universalistas, como o fim do domínio da burguesia também apareceram, embora de forma marginal na organização. Outro aspecto da mobilização que o autor destaca é o “caráter lúdico e festivo” das manifestações da campanha *Yo Soy 132*, lembrando a posição dos participantes quando ocuparam a sede da Televisa: “los policías encargados del resguardo del edificio se sorprendían al ver que los jóvenes no los confrontaban, todo lo contrario; les leían poesía y hasta los invitaban a bailar” (ROMERO, 2018, p. 116). Aqui, onde Hardt e Negri poderiam ver o militante contra o império, diferente do “agente triste e ascético” da Terceira Internacional, subjaz a crítica da organização burocrática, sendo ironizada e ridicularizada, mas de acordo com ideias vinculadas à corrente crítica da ideologia pós-estruturalista.

O caminho das lutas externalistas no México encontra-se em aberto, e por isso as mobilizações estudantis vêm sendo alvo constante de uma das mais claras facetas do Estado neoliberal, a intensificação da repressão. Em 2014, com o desaparecimento e

assassinato de 43 estudantes na cidade de *Iguala, Ayotzinapa*, as mobilizações estudantis foram novamente despertadas. Em uma visão histórica, percebe-se que as mobilizações estudantis no México respondem a um contexto social mais amplo, processo que podemos remontar em sua explosão inicial com o levante armado do EZLN em 1994, o que precipitou a emergência de diversas organizações estudantis influenciadas pelo discurso zapatista e também confluiu com mobilizações estudantis contra as reformas neoliberais das universidades ao longo da década de 1990.

No Brasil do ano de 1992 o presidente Fernando Collor foi impedido de seu mandato por uma série de mobilizações de vários setores da sociedade brasileira. Entre os principais participantes do “Fora Collor” estavam os estudantes. O primeiro esclarecimento a se fazer é que a saída do presidente não foi resultado da mobilização de um movimento social, como poderia parecer dado à relevância que os meios de comunicação deram aos “cara-pintada”, estudantes que participaram do processo de impeachment. Não foi um movimento social que tirou o presidente, mas a combinação da atuação de vários setores e classes da sociedade brasileira, e os motivos dessa coalizão não interessam imediatamente a este artigo. Interessa a participação dos estudantes nessas mobilizações, a constituição da mobilização estudantil externalista, fora das instituições escolares, mas sob hegemonia de setores e classes sociais da sociedade brasileira. O verbete sobre o movimento cara-pintada no site da Fundação Getúlio Vargas diz o seguinte:

Em 29 de maio, na ABI, teve lugar o Fórum pelo Impeachment. O Fórum, organizado pelo Movimento pela Ética na Política, contou com a participação de entidades da sociedade e de partidos (PT, Partido Comunista do Brasil [PCdoB], Partido Socialista Brasileiro [PSB], Partido Popular Socialista [PPS], Partido da Social Democracia Brasileira [PSDB], PMDB, representado parcialmente, CUT, Sindicato Estadual dos Profissionais do Ensino [SEPE], União Nacional dos Estudantes [UNE], União Brasileira de Estudantes Secundaristas [UBES] e União da Juventude Socialista [UJS]) [...] Novamente a bandeira da UNE, que tivera importante papel nos movimentos de resistência à ditadura militar, tomava as ruas e chegava à mídia. Lindberg Farias, paraibano de 22 anos, filiado ao PCdoB, filho de um ex-militante da Ação Popular e vice-presidente da UNE em 1961, era o presidente.

Coberta pela grande imprensa, a manifestação dos estudantes de São Paulo foi comparada com o movimento estudantil de 1968, cuja história romanceada ocupava as telas de televisão. Sem deixar escapar as diferenças entre os dois movimentos, as reportagens sobre as manifestações pró-impeachment reforçavam o caráter irreverente e apartidário dos jovens do início dos anos 1990, que saíram para as ruas não para revolucionar o mundo, mas para exigir ética ao poder público (FGV/CPDOC, 2019).

Nada de greve estudantil, ocupação de salas de aula, reivindicações estudantis, etc. Reuniões com partidos e outras associações de classe dão a dinâmica do movimento estudantil quando suas ramificações seguem uma trajetória externalista. Os objetivos da trajetória externalista também explicam essa forma de mobilização, e no caso do “Fora Collor”, as reivindicações estudantis foram marginalizadas em torno de uma única questão:

No entanto, não chegamos a perceber, no movimento pelo impeachment, “a convergência de temas sócio-políticos diversos”, posto que o debate centrou-se exclusivamente na cassação do mandato do presidente Collor. Não houve, excetuando-se em raros momentos, uma discussão sobre temas mais profundos [...] Percebemos a existência de outros temas, além do impeachment, que, inclusive foram veiculados nos panfletos distribuídos nas manifestações e também nos discursos. Crítica à política educacional; às privatizações; ao sistema previdenciário; ao desemprego. No entanto, acreditamos que a possibilidade do impeachment foi, sem sombra de dúvidas, o que realmente motivou e guiou a mobilização (DIAS, 2008, p. 15).

O Fora Collor foi hegemônico por interesses genéricos. No caso uma insatisfação com a corrupção generalizada na sociedade brasileira, mas que também encontrou ressonância nas classes privilegiadas atingidas pelas medidas do governo Collor². Os objetivos especificamente estudantis foram marginalizados na Campanha Fora Collor, e quando o presidente caiu, o movimento estudantil que se forjou ao redor da campanha também deixou de mobilizar (DIAS, 2008).

A trajetória externalista das ramificações do movimento estudantil está sob maior influência das classes sociais, de suas organizações e representantes sobre o movimento estudantil. A principal organização estudantil a aderir ao Fora Collor foi a UNE, mas sua atuação só alcançou a força que teve devido à grande participação da “base estudantil”:

A UNE, por sua vez, teve um papel fundamental na criação desse “produto”, pois acabou funcionando como um elemento aglutinador dos estudantes. Ao mesmo tempo em que reunia em torno de si os estudantes, aumentava o seu prestígio junto às instituições e à sociedade. A exposição dos jovens na mídia colocava a UNE em evidência por todo o país. Com uma atuação modesta no cenário político, desde o final da década de 70, a UNE foi rapidamente alçada ao estrelato. Lindbergh Farias - à época presidente da UNE - em reunião com o presidente do Senado, Mauro Benevides, sela o apoio da UNE ao processo de impeachment. Desta forma, a entidade acaba tornando-se a maior organizadora de passeatas contra Collor (DIAS, 2008, p. 11).

² Na década de 90, os estudantes encontravam, geralmente, nas ruas a aceitação do seu protesto, e as forças policiais agora os protegiam, organizando o trânsito para as suas manifestações. Ao contrário do movimento estudantil de 20 anos atrás, os estudantes pareciam ter ganho a simpatia da grande maioria da população, dando margem à participação de outros setores que aderiram ao movimento pró impeachment (BARBOSA, 2002, p. 9).

A participação em bloco dos estudantes, que ficaram conhecidos como “caras-pintadas”, pode-se dizer que conformou uma ramificação do movimento estudantil, que acompanhou as mobilizações de outras organizações, setores, associações de classe. Tal atuação deu uma nova orientação às entidades existentes, que inclusive saíram do estágio anterior de paralisia. E nesse sentido, seus dirigentes aderiram à ideia que parecia a mais assimilável dentro daquele movimento especificamente contra o presidente Collor. Assim o vice-presidente da UNE na época, Lindberg Farias, hoje senador pelo PT, pôde esboçar a nova demanda estudantil: O movimento estudantil hoje é outro (...) mudou pelos próprios estudantes. Eles despertaram e começaram a descobrir o que é lutar verdadeiramente pela cidadania. É uma geração que tem consciência de cidadania (FARIAS apud MISCH, 1997, p. 134).

O movimento estudantil é altamente suscetível às influências sociais dominantes no momento, isto devido ao caráter de transitoriedade que marca o grupo situacional dos estudantes. Assim, de uma geração de estudantes para outra, novas demandas, reivindicações e organizações podem surgir, alterando a configuração do momento anterior, ora mais conservador, ora mais revolucionário (CONCEIÇÃO, 2016). Quando a trajetória de suas ramificações envereda pelo caminho externalista, a força das influências externas se faz ainda mais presente. No caso específico analisado, as forças sociais (classes, grupos, organizações, ideias hegemônicas) se impoem ao movimento estudantil, em outros contextos e mobilizações as condições dadas não foram estas.

A Dinâmica do Jovem Marginal na Argentina

Contrapondo essas duas trajetórias das ramificações estudantis, iremos apresentar uma ramificação do movimento juvenil que não possui trajetória internalista nem externalista, pois não tem a instituição escolar para sair dela. Na verdade, os setores da juventude vinculados às classes desprivilegiadas vão sendo aos poucos excluídos das instituições escolares; para os jovens que estão insatisfeitos com determinada situação e encontram na classe a que pertencem a alternativa coletiva para resolver sua insatisfação, eles só têm de agir junto com sua classe. Uma manifestação concreta dessa relação se deu com a constituição do movimento piquetero, que é o movimento do lumpemproletariado e que produziu seu setor de jovens piqueteros. Estes, combinaram a insatisfação da classe, a exclusão da divisão do trabalho, com elementos da ressocialização juvenil, criando o

setor juvenil do movimento piquetero, e imprimindo nele elementos próprios de sua situação social.

A emergência do movimento piquetero arrastou consigo um setor dos jovens, os desempregados, que passaram a formar parte do movimento. Esse movimento foi político, movimento da classe marginal na divisão social do trabalho, um movimento do lumpem, portanto, não foi um movimento juvenil, mas sua força e as condições de vida da juventude bonaerense acabaram por criar um setor juvenil piquetero. Na crise social Argentina de final do século XX, as condições de vida da juventude acompanharam a degradação geral das condições de vida da população:

A juventude bonaerense constitui o grupo etário que, majoritariamente, já inicia seu processo de ressocialização (cf. VIANA, 2009a) marginalizada na divisão social do trabalho e com uma forte tendência a consolidar-se nessa condição, quer dizer, o processo no qual ela se prepara para realizar uma integração completa na sociedade já ocorre em condições de inteiro despojo da propriedade sobre suas condições materiais de existência. Consequentemente, se vê impossibilitada de reproduzir sua vida com seus próprios meios de produção, não conseguindo obter regularmente seus meios de vida sob a forma salário. Portanto, a intensa lumpemproletarização faz com que esse processo de ressocialização ocorra em condições de grande incerteza, instabilidade, medo, frustração e revolta. Tais condições foram amplamente canalizadas para a luta no movimento piqueteiro (BRAGA, 2012, p. 48-9).

Assim, os jovens piqueteros levaram elementos da crítica juvenil à mobilização do lumpemproletariado. A mobilização juvenil no movimento piquetero não foi resultado de uma ação dos jovens lumpemproletariados no seio do movimento juvenil, ao contrário, foi uma ação dos jovens lumpens no interior do movimento de classe do lumpemproletariado, e essa ação foi facilitada porque o pertencimento do jovem às classes é via família, ou no caso dos jovens excluídos da escola que são ressocializados, entre outras instituições, através do trabalho, assim, quando as condições de reprodução da vida através do trabalho foi impossibilitada a esses jovens, a única alternativa foi acompanhar sua classe social. Contudo, como veremos não foi uma submissão completa à classe, e na medida em que elementos da condição juvenil acompanharam os jovens, eles levaram esses elementos para o movimento da classe, ainda que subordinados a ela.

Os estudos sobre o setor juvenil no movimento piquetero são escassos, a análise de Lisandro Braga é um dos raros trabalhos em português, e mesmo na Argentina os estudos sobre esse tema são escassos. Utilizamos aqui algumas ideias apresentadas por Analía Otero (2014), que realizou várias pesquisas sobre o tema. Para Otero, as relações familiares e de vizinhanças introduziram os jovens no movimento. A inserção precária e

instável no trabalho, que acabou por deixá-los desempregados, eram os elementos comuns de identidade ao movimento piquetero, e que trouxe os jovens dessas famílias para o núcleo do movimento. Segundo Otero:

Como corolario subrayaba entonces que estos jóvenes de sectores pobres urbanos que establecían vínculos frágiles con el mercado de trabajo, padeciendo los efectos de un proceso de segregación residencial y de baja calidad de los servicios percibidos, menguaron este progresivo aislamiento social a través de la adscripción en la organización de trabajados desocupados. Mientras que este colectivo constituía un ámbito en el que era posible generar un sentido compartido de problemáticas comunes, estrechar vínculos con la comunidad territorial y afianzar posiciones e identificaciones, además de mediatizar la obtención de subsidios sociales (OTERO, 2014, p. 8-9).

A participação juvenil no movimento piquetero teve o caráter peculiar de ser realizada pelos jovens da própria classe marginalizada, e que se fazia a partir das próprias relações no bairro. Nesse movimento, os jovens tiveram importante papel e, com a ausência de organizações burocráticas, puderam colocar-se em pé de igualdade com os demais participantes:

Na divisão de tarefas efetuadas entre os integrantes de cada agrupação, quando são criadas as diferentes comissões que se encarregam da segurança, das relações com a imprensa, da biblioteca, dos refeitórios, das oficinas, de organizar atividades para arrecadar fundos, os mais jovens sempre cumprem alguma função importante. Muitos optam por militar nas comissões de segurança, em que canalizam seu espírito de rebeldia e alimentam uma nova mística em seus enfrentamentos com as forças repressivas do Estado. Nos cortes eles podem demonstrar sua coragem e exteriorizar o profundo ódio que sentem pela polícia, única e perversa dimensão para eles visível da estatalidade, a que conhecem a partir das perseguições de que são objeto, levadas a cabo quase diariamente pelos agentes policiais do “mete bala” (gatillo fácil), dos fuzilamentos, da tortura e da permanente discriminação por “portación de cara”. Mas os adolescentes e vinteaneiros não servem apenas de frente de choque para parar a repressão. Vários deles tem alcançado lugares importantes na direção do movimento, protagonizando as instâncias de debate político e tomada de decisões. São muitas as agrupações encabeçadas por militantes com menos de 30 anos, principalmente as independentes, aquelas que rejeitam qualquer relação orgânica com partidos e sindicatos (VITULLO apud BRAGA, 2012, p. 49).

Na participação, os jovens foram os que trouxeram determinados temas para dentro da organização, tais como as relações igualitárias, como analisa Otero:

La experiencia en el movimiento, habilitaba reflexionar sobre dimensiones vinculadas a las características propias del “trabajador” de antaño, pues ese “tipo” aludía a la formación de un perfil de trabajador, obediente con respecto a la escala piramidal, orientado en función del esfuerzo personal, a la luz de un proceso de disciplinamiento creador del espacio rutinario. En rigor, ese carácter orientador de la acción en el ámbito laboral, obviamente, no gobernaba la experiencia cotidiana de los jóvenes dentro del MTD, donde primaba el intento por acentuar las acciones colectivas en términos de “igualdades”. Desde allí la mixtura generacional era un intercambio “novedoso” y complemento fructífero, pero también limitado sobre todo por tratarse de emprendimientos productivos de corto alcance (OTERO, 2010, p. 129).

Percebemos aqui a diferença concreta entre as ramificações do movimento estudantil com trajetória externalista, que devido a origem policlassista dos estudantes estão sob hegemonia das várias classes sociais, tanto os “caras-pintadas” quanto a campanha *Yo Soy 132* e o setor juvenil do movimento piquetero, que atuando junto com sua classe, pode trazer para dentro do movimento objetivos que lhes são próprios e articulados com os objetivos genéricos da classe. Essa possibilidade existe em algumas ramificações do movimento estudantil, contudo, somente naquelas que estão conscientemente orientadas para tal objetivo; o conjunto do movimento estudantil encontra-se limitado por barreiras de classe intransponíveis.

Considerações Finais

A reconstituição do processo de surgimento e ampliação dos movimentos estudantis na América Latina em pleno contexto de neoliberalismo é uma tarefa importante a ser realizada pelos pesquisadores comprometidos com a história e com a mudança social desse continente. Perceber a unidade em meio a diversidade dos processos locais possibilita que processos futuros se tornem perceptíveis para a ciência social, bem como torna possível a realização da crítica ao pensamento social conservador, que busca consolidar a visão de que não há saídas e alternativas para o continente latino-americano que não seja se render ao avanço do neoliberalismo e, ainda mais: perceber, no movimento de mudança, o surgimento de forças contrárias, contestadoras. A atual mobilização dos estudantes em diversos países do continente aponta para esta percepção da mudança, percepção da contestação, bem como possibilitar atuar de forma consciente e crítica. Por outro lado, perceber fenômenos correlatos à mobilização juvenil, como a mobilização do jovem piquetero, auxilia a compreender tendências que existem dentro de processos sociais mais amplos que envolvem os estudantes e os jovens excluídos da escolarização.

Referências

BRAGA, Lisandro. *Lumpemproletarização Juvenil e Contestação Social na Grande Buenos Aires*. Revista Em Debate, Florianópolis, jul.-dez. 2012.

CONCEIÇÃO, Marcus Vinícius. *Reflexões sobre o movimento estudantil e o Maio de 68*. VIANA, Nildo (org.) *O Movimento Estudantil em Foco*: Goiânia: Edições Redelp, 2016.

CARAS PINTADAS. *Verbetes*. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/caras-pintadas>. Acessado em 25/11/2019.

CUBIDEZ, Juliana. *Movimientos juveniles contemporáneos en América Latina: juventud y política en la encrucijada neoliberal*. Buenos Aires: Clacso, 2014.

DIAS, Luiz Antonio. *Política e Participação Juvenil: os “caras-pintadas” e o movimento pelo impeachment*. Revista História Agora: a revista de História do Tempo Presente Ed: nº 4, 2008.

MISCHE, A. *De estudantes a cidadãos*. In Revista Brasileira de Educação, São Paulo, nº 5/6, 1997.

OTERO, Analía. *Jóvenes urbanos de sectores populares y movimientos sociales. Repensando la participación juvenil bajo una vía diferente*. In Revista Margen Nº 73, junio 2014.

ROMERO, Raúl. *Y sin embargo se mueve. Apuntes sobre el movimiento estudiantil mexicano entre 2010 y 2014*. In Revista El Cotidiano. UAM. Enero/febrero 2018.

SOARES, Laura Tavares R. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Tese. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1995.

TORRES, Rodrigo. *Juventud, resistencia y cambio social: el movimiento de estudiantes secundarios como un “actor político” en la sociedad chilena post-Pinochet (1986-2006)*. (Axe XI, Symposium 40). Independencias - Dependencias - Interdependencias, VI Congreso CEISAL 2010, Jun 2010, Toulouse, Francia

VIANA, Nildo. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Editora Prismas, 2016a.

_____. *Movimento Estudantil, dualidade reivindicatória e entrelaçamento reivindicativo*. VIANA, Nildo (org.) O Movimento Estudantil em Foco: Goiânia: Edições Redelp, 2016b.

Resumo: o objetivo deste artigo é o de apresentar e refletir sobre formas de luta do movimento estudantil e do movimento juvenil. A instituição escolar é o ponto de referência para analisar a situação juvenil, quer seja enquanto estudantes, ou enquanto jovens marginalizados do processo de escolarização. Sobre o movimento estudantil apresentamos as mobilizações internalistas e externalistas, considerando a instituição escolar como ponto de referência para analisar a mobilização estudantil. Sobre a juventude não-escolar refletimos sobre os jovens piqueteiros que se mobilizaram na Argentina, considerando esta expressão de mobilização juvenil vinculada unitariamente a uma base social de classe, o lumpemproletariado.

Palavras-chave: juventude, estudantes, formas de mobilização.

Resumen: El objetivo de este artículo es presentar y reflexionar sobre las formas de lucha del movimiento estudiantil y del movimiento juvenil. La institución escolar es el punto de referencia para analizar la situación de los jóvenes, ya sea como estudiantes o como jóvenes marginados en el proceso de escolarización. Sobre el movimiento estudiantil presentamos las movilizaciones internalistas y externalistas, considerando la institución escolar como un punto de referencia para analizar la movilización estudiantil. En la juventud no escolar, reflexionamos sobre los jóvenes piqueteros que se movilizaron en Argentina, considerando esta expresión de movilización juvenil vinculada a una base de clase social, el lumpemproletariat.

Palabras clave: juventud, estudiantes, formas de movilización.

*Recibido em: 05/11/2029

*Aceito em: 15/12/2019.

LAS LUCHAS DEL MOVIMIENTO ESTUDIANTIL DE LA UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA NACIONAL FRENTE AL GOLPE DE ESTADO Y LA INTERVENCIÓN UNIVERSITARIA DE 1966

Pablo Bonavena*

Mariano Millán**

Introducción

En las ciencias sociales existe un consenso acerca de los años '60 como un período de grandes movilizaciones, donde se destaca el protagonismo de los movimientos estudiantiles. El carácter prolongado del ciclo de activación global, comenzado a mediados de los años '50 y concluido promediando la década de 1970, junto a la diversidad de iniciativas transformadoras y campos donde se desarrollaron, inspiraron la postulación de la noción de unos “largos años sesenta” (SORENSEN, 2007; VAN GOSSE, 2005).

En Argentina los orígenes del movimiento estudiantil se remontan al último tercio del siglo XIX, aunque su acontecimiento axial es la Reforma Universitaria de Córdoba en 1918, protagonizada por una amplia alianza anticlerical que logró instaurar la autonomía, el cogobierno y la educación laica. Del seno de ese proceso de influencia continental surgieron corrientes probolcheviques (BUSTELO y DOMÍNGUEZ RUBIO, 2017) y luego antifascistas (TCACH, 2012). En los años finales del primer peronismo, en consonancia con la emergencia de la oposición obrera (DOYON, 2006) y de fracciones de las clases dominantes, el movimiento estudiantil comenzó una reactivación que, tras el golpe de Estado de 1955, lo condujo de una alianza antiperonista burguesa a una ruptura por izquierda y al comienzo de un extenso período de radicalización (CALIFA, 2014).

La primera gran confrontación social de los largos años sesenta del movimiento estudiantil argentino fue *Laica o Libre*. Entre 1956 y 1958 el bando Laico, donde revistaban el reformismo y buena parte de la militancia estudiantil secundaria, realizó incontables tomas y movilizaciones de centenares de miles de personas contra la posibilidad de que las universidades privadas emitiesen títulos habilitantes, un reclamo histórico del catolicismo y la derecha política

* Profesor de la Carrera de Sociología de la Universidad de Buenos Aires (UBA) y del Departamento de Sociología de la Universidad Nacional de La Plata. Investigador del Instituto Gino Germani de la Facultad de Ciencias Sociales de la UBA.

** Docente de la Carrera de Sociología de la UBA. Investigador Adjunto de CONICET, con asiento en el Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, dependiente de la Facultad de Filosofía y

8

del país, los autodenominados Libres. En aquellos choques las cuestiones de la Guerra Fría fueron cobrando un peso preponderante en las controversias universitarias (CALIFA, 2014; MANZANO, 2009; PIS DIEZ, 2018). Esta politización y radicalización del reformismo tomó mayor impulso tras la Revolución Cubana, que agudizó todas las contradicciones preexistentes en el continente (BRANDS, 2012).

La activación estudiantil, y su identificación con la izquierda, ya sea comunista o las rupturas “cubanistas” del partido socialista, durante la primera mitad de la década de 1960 conllevó una diversificación de las tradiciones reformistas (BUCHBINDER, 2018) en el marco de un fenómeno más amplio y extenso de masificación y politización de las facultades del país que comenzó a fines de la Segunda Guerra Mundial y se extendió hasta mediados de los años '70 (MILLÁN y SEIA, 2019), y de una etapa histórica signada por la creciente importancia social de la figura de la juventud en la sociedad argentina (Manzano, 2017).

Como parte de las respuestas a este giro a la izquierda de la militancia estudiantil, en 1965 el diputado nacional peronista Carlos Cattonaro denunció la “infiltración comunista” de las universidades, señalando que la autonomía facilitaba su propagación y resaltando negativamente la existencia de “un Estado dentro del Estado” (TCACH y RODRÍGUEZ, 2011: 140). Isaías Nogués, otro legislador, preguntó al ministro del interior Juan Palmero sobre la “tarea perturbadora” de las organizaciones de “orientación marxista” en la “universidad argentina” (GUTMAN, 2003: 260). Estas posturas se inscribían en un proceso generalizado en las derechas durante la Guerra Fría, que consideraban al reformismo como una vía de entrada del comunismo a la Argentina (CERSÓSIMO, 2018).

En este horizonte, durante junio de 1966 se produjo un nuevo golpe de Estado, el quinto desde 1930, comandado por el general (RE) Juan Carlos Onganía, la autodenominada “Revolución Argentina”. Fue apoyado por la Iglesia Católica, el gremialismo peronista, casi todos los partidos políticos, a excepción de los comunistas y de la fracción radical que ostentaba la presidencia con Arturo Illia y la embajada de los EEUU¹ (TCACH y RODRÍGUEZ, 2011). El nuevo régimen instauró un Estado Burocrático Autoritario (O'DONNELL, 2009). Inspirado en la Doctrina de Seguridad Nacional, proscribió los partidos políticos. Las hasta poco antes influyentes ideas de modernización cultural fueron eclipsadas por la cuestión de la seguridad y la vigilancia de las fronteras ideológicas. Las universidades,

Letras de la UBA.

¹ Estados Unidos da América.

8

consideradas un ámbito de infiltración comunista, fueron intervenidas. Se anularon las reglas de juego político de inspiración reformista, como la autonomía y el cogobierno, la policía ocupó las facultades y grupos de derecha peronista colaboraron en la represión inicial (CALIFA, 2018).

En las últimas décadas se conformó un campo de investigaciones sobre el movimiento estudiantil argentino. Los trabajos sobre los años '60 se debaten entre dos grandes perspectivas, tributarias de enfoques teórico-metodológicos divergentes: la peronización y las transformaciones del reformismo.

La primera fue planteada por diversos autores (SIGAL, 1991, p. 71; TORTTI, 2000, p. 149; BARLETTA, 2001; SARLO, 2001, p. 85 y ss.; SUASNÁBAR, 2005, p. 82 y ss., FERRERO, 2009) hace casi veinte años y sostiene que tras la intervención de 1966 el movimiento estudiantil pasó a la clandestinidad, acercándose al pueblo peronista proscrito desde 1955. El reformismo, abocado a lo académico y gremial, fue rebasado por el peronismo y la nueva izquierda, que concibieron “lo universitario” indisociablemente ligado a la política nacional e internacional, postura que los condujo a la militancia más allá de los claustros, fundamentalmente con los trabajadores. Estos escritos dieron preeminencia a las fuentes de las propias organizaciones, sobre todo las peronistas, y a los testimonios orales.

La segunda vertiente, establecida en años recientes por autores como Pablo Bonavena, Juan Sebastián Califa o Mariano Millán, defiende la perspectiva metodológica consistente en la observación y análisis de los enfrentamientos sociales protagonizados por los alumnos, tomando en consideración sus formas de acción (donde se incluyen declaraciones), sus protagonistas, sus reclamos, sus escenarios, sus aliados y sus enemigos dando prioridad a la prensa escrita en el período, sin desestimar otras fuentes y documentos. La primera conclusión de esta corriente afirma que para 1966 el movimiento estudiantil llevaba una década de radicalización, comenzada en *Laica o Libre*. La siguiente es que los centros, federaciones y agrupaciones reformistas, muchas ligadas a la “izquierda tradicional” socialista o comunista, son por mucho los actores que protagonizaron más enfrentamientos sociales estudiantiles.

A pesar de la amplitud de perspectivas, en Argentina la historiografía sobre el movimiento estudiantil se centró en las universidades tradicionales como las de Buenos Aires, Córdoba, La Plata, Litoral, Nordeste, Rosario o Tucumán (por mencionar sólo algunos: CALIFA, 2014 y 2015; DIP, 2018; BONAVERA, CALIFA y MILLÁN, 2018; MILLÁN, 2013 y 2018; CALIFA y MILLAN, 2020; FERRERO, 2009, GORDILLO, 2013, YUSZCZYK, 2010;

8

PIS DIEZ, 2018; NAVA, 2013; VEGA, 2017, KOTLER y CARRIZO, 2018). En la mayoría de estas investigaciones la actividad contenciosa de los estudiantes técnicos ha recibido menciones aisladas o resultó simplemente ignorada.

Este aspecto de la historiografía del país austral forma parte de una tendencia latinoamericana evidente en los trabajos clásicos acerca del '68 mexicano, donde los hechos de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) prácticamente monopolizaron la atención de los/as investigadores/as (por ejemplo ZERMEÑO, 1978; RIVAS ONTIVEROS, 2007), o sobre la Reforma Universitaria de Chile, donde la Universidad de Chile o la Universidad Católica acapararon las reflexiones más tempranas (GARRETÓN, 1978). El reciente trabajo de Jaime Pensado (2013) y los testimonios compilados por Mario Ortega Olivares y Felipe Galván Rodríguez (2013), que reubicaron la trayectoria del Instituto Politécnico Nacional (IPN) en el proceso de luchas estudiantiles de México durante los años '60 o los textos editados por Tomás Ireland Cortés y Francisco Rivera Tobar sobre la Universidad Técnica del Estado (UTE) de Chile (2016), marcan un interesante antecedente de reconstrucción del protagonismo de grupos estudiantiles poco analizados.

La investigación sobre el movimiento estudiantil de la Universidad Tecnológica Nacional (UTN) es verdaderamente escasa y mayormente centrada en eventos previos a 1966 (DUSSEL, 1990, p. 81/2; KLEINER, 1964; KOC MUÑOZ, 2014 y 2014b; FACIO, 2014 y 2017). Respecto del período posterior al golpe de Estado y la intervención universitaria, se conocen dos ponencias de Pablo Bonavena (2016 y 2017).

Por estas razones, aquí presentamos una reconstrucción de las luchas de los alumnos de la UTN en los primeros meses de la autoproclamada "Revolución Argentina", una etapa clave para la evolución del movimiento estudiantil cuando comenzó un lustro, concluido en 1971, durante el cual se vivió el ciclo más álgido de confrontaciones universitarias en la historia del país. Como veremos, este ascenso radicalizado tras el Cordobazo (CALIFA y MILLÀN, 2019), principió motivado por la defensa de los principios reformistas.

En términos teórico-metodológicos, el presente artículo se fundamenta en la operacionalización del concepto de enfrentamiento social, asumido como "... operador teórico en el marco del análisis de las relaciones sociales, de su construcción y de su destrucción" (MARIN, 2009, P. 46). Aquí describimos los encuentros protagonizados por alumnos de la Universidad Tecnológica Nacional en su carácter de tales, constituyendo el movimiento

8

estudiantil. Para esta faena utilizamos una base de datos de enfrentamientos estudiantiles que recoge hechos de este tipo en más de 25 fuentes de prensa de circulación nacional y regional en Argentina entre el 28 de junio de 1966 y el 24 de marzo de 1975, cuya validez y representatividad hemos constatado a lo largo de revisiones hemerográficas desde 2005.² A continuación realizamos una breve y necesaria exposición de los antecedentes históricos de la UTN y su movimiento estudiantil para luego examinar en detalle los acontecimientos de 1966.

Antecedentes históricos de la UTN y su movimiento estudiantil

La Universidad Tecnológica Nacional (UTN) surgió del seno de la Universidad Obrera Nacional (UON), creada por el gobierno de Juan Domingo Perón a partir de la Ley 13.229 del 19 de septiembre de 1948. Ofrecía el título de Ingeniero de Fábrica (KOC MUÑOZ, 2014b y PINEAU, 1997). Tras el golpe de Estado que derrocó al gobierno peronista en septiembre de 1955, encabezado por el general Pedro Aramburu, esta universidad tan identificada con el justicialismo entró en un ostracismo. En los primeros momentos de la llamada “Revolución Libertadora” las condiciones presupuestarias de la UON eran muy precarias y esta circunstancia tenía un visible correlato en el nivel académico. Crecían, en consecuencia, las opiniones que pronosticaban un cierre definitivo de sus puertas. La flamante dictadura, junto con una parte de la prensa que la avalaba, argumentaba que esa frágil situación era una obvia herencia del gobierno depuesto. Los estudiantes no se paralizaron frente al diagnóstico y los rumores. Por el contrario, emprendieron una firme defensa de su universidad, predisposición que empezó un ciclo de movilizaciones que resultaría la base de una nueva organización estudiantil.

Los estudiantes de la Regional Buenos Aires, debido a la renuncia de profesores y autoridades, se constituyeron en una Junta Previsional de Estudiantes, organismo que asumió de hecho la conducción de esa casa de estudios hasta mediados de octubre, cuando el gobierno designó al Ing. Gabriel Meoli con el cargo de rector, mandato que duró hasta el año 1959. Los estudiantes de esta sede y de la Regional Avellaneda, que en su mayoría no se enrolaban con el peronismo (FACIO, 2017), comenzaron a hablar de la Universidad Tecnológica, nominación que usaban para no reproducir su nombre de origen, al mismo tiempo que reivindicaban la continuidad de su funcionamiento. El interventor que había sido designado para cerrar definitivamente a la UON: “...ejerció su cargo hasta 1959, [y] terminó modificando su postura

² BONAVENTA, Pablo. Las luchas estudiantiles en Argentina 1966/1976. Informe de Beca de Perfeccionamiento,

8

inicial por otra más negociadora, incluyendo la propuesta de cambio de denominación de la institución al afirmar que «el nombre que a juicio de autoridades, profesores y alumnos cuadra» era el de Universidad Tecnológica Nacional «mucho más que el otro» (SAGEN GIL, 2007, P. 11, también ver: ÁLVAREZ DE TOMASSONE, 2000). En efecto, con el correr de los días en el cargo comenzó a elaborar con los decanos de las regionales y grupos de docentes un proyecto de ley para prolongar, con otros parámetros, la experiencia de la universidad que venía a liquidar (MALATESTA, 2012, p. 17).

Los estudiantes no se amedrentaron con la presencia del interventor y sus fines se mantuvieron intactos. Aquella iniciativa estudiantil consistente en cubrir la virtual acefalía padecida se propaló por las diferentes delegaciones del país. Los estudiantes reclamaron por la situación con pintadas y carteles en las calles, contactos con dirigentes políticos, comunicados y notas de prensa y volanteadas. Colocaron carteles en las paredes de los accesos ferroviarios de la ciudad de Buenos Aires que decían: “Universidad Tecnológica” (MALATESTA, 2012, p. 17). La Junta propuso la sustitución del nombre de la universidad, proponiendo en su reemplazo el de Universidad Tecnológica Nacional. El objetivo estudiantil, al menos en parte, parecía consumado.

Una vez consolidado cierto nivel organizativo, el 3 de febrero de 1956, a través de representantes de todas las sedes y subsedes, los estudiantes se congregaron en la llamada Convención Nacional de Centros de Ingeniería, organizada en dependencias de la Universidad de Buenos Aires (UBA). Formaron la Junta General Provisional de Estudiantes de la Universidad Tecnológica Nacional, organismo gremial de alcance nacional que pocos años después fue conocido como la Federación Universitaria Tecnológica (FUT).³ La FUT representaba a todos los centros de estudiantes dentro de la UTN, y en 1966 se integró a la Federación Universitaria Argentina (FUA). Uno de los primeros reclamos de la FUT se orientó a conseguir el reconocimiento de su casa de estudios como universidad nacional, lograr la jerarquización de los títulos y conquistar incumbencias; también obtener la plena autonomía universitaria y postular la necesidad de seguir los principios de la Reforma Universitaria.

Antes de ingresar al período que aquí nos convoca, resulta necesario señalar que la UTN nació oficialmente el 14 de octubre de 1959 con la sanción de la Ley 14.885. Este instrumento

Secretaría de Ciencia y Técnica, Universidad de Buenos Aires, 1992.

³ El antecedente era la Junta Nacional de Estudiantes de la Universidad Obrera Nacional; luego denominada Federación Argentina de Estudiantes de la Universidad Obrera Nacional (DUSSEL, 1990).

8

jurídico enterró definitivamente el nombre de Universidad Obrera Nacional, que fue reemplazado por el de Universidad Tecnológica Nacional. La normativa brindó, además, varias potestades a la universidad, como la elaboración de los planes de estudio, la designación de profesores y del personal no docente, el nombramiento de autoridades y la gestión de su patrimonio.⁴ En agosto de 1962 fue sancionado el nuevo Estatuto Universitario que regía a las once facultades que integraban la universidad en aquel entonces. Durante el gobierno radical de Arturo Illia, en 1964, se inauguró una Delegación en Entre Ríos y un año después abrieron sus puertas el Centro de Cálculo y el Centro de Investigaciones Tecnológicas.

El régimen surgido del golpe de Estado comandado por el general Juan Carlos Onganía en 1966 encontró a la universidad en plena expansión, una tendencia que la dictadura no pudo o no deseó interrumpir. Durante mayo de 1967 fue creada la Delegación de San Justo en el Partido de La Matanza, en la Provincia de Buenos Aires. En el año 1969 quedó conformado el Consejo de Informática y Computación, se fundó la Delegación General Pico, en la Provincia de La Pampa, se aprobaron las creaciones de nuevas delegaciones en San Francisco y Villa María, en la Provincia de Córdoba, y en la Provincia de Entre Ríos la delegación adquirió una doble sede en las ciudades de Paraná y Concepción del Uruguay. En 1970, la Delegación de San Justo se transformó en la Delegación Haedo y fue fundada la Delegación General Pacheco, también en territorio bonaerense, en el Partido de Tigre. La mencionada Delegación Entre Ríos se subdividió en la Delegación Paraná y la Delegación Concepción del Uruguay. En 1971 nació la Delegación San Rafael, en la Provincia de Mendoza y en 1972 se creó la Facultad Regional Paraná (CARRERA, 2001).⁵ Esta expansión institucional era acompañada por el incremento del número de estudiantes dentro de su complejo y extendido entramado de regionales y delegaciones por distintos lugares del país, como puede apreciarse en la siguiente tabla:

Tabla n° 1

Evolución anual de la matrícula de la UTN y sus sedes entre 1965 y 1973

Sede/Año	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Avellaneda	793	813	963	1006	328	1467	2039	3611	3077

⁴ Documento “70° aniversario de la Universidad Obrera Nacional”; en el *Portal de la Universidad Tecnológica Nacional*. En: <https://www.frba.utn.edu.ar/70o-aniversario-de-la-universidad-tecnologica-nacional/>.

⁵ Acerca de la historia general de la UTN, además de los textos mencionados puede leerse: NÁPOLI, 2004 y MOLLIS, 1999.

8

Bahía Blanca	168	179	168	238	386	363	515	57	632
Buenos Aires	2038	2738	3132	3174	3369	3892	6413	8224	9117
Córdoba	664	690	761	816	888	948	1400	1891	2033
La Plata	495	596	648	659	786	985	1285	1486	1699
Mendoza	324	365	433	499	629	846	1417	1698	1957
Resistencia	75	98	93	106	136	164	236	322	445
Rosario	765	817	970	1105	1181	1306	1604	2367	2812
Santa Fe	331	334	351	325	336	345	442	586	711
Tucumán	239	263	208	265	335	430	692	788	1031
Total	6035	7091	7878	8345	9595	11894	17898	23143	27066

Fuente: CARRERA, 2001.

Este crecimiento estuvo acompañado por la demanda de los ingresantes de la UTN, que se sumaron a las luchas estudiantiles del período comprendido entre 1968 y 1972 contra los exámenes de admisión y los cupos para acceder a la universidad impuestos por las autoridades dictatoriales (BONAVENA, 2007).

El movimiento de los estudiantes técnicos frente al golpe de Estado y la intervención universitaria de 1966

a) Primeras resistencias y articulaciones con el conjunto del movimiento estudiantil

Luego del golpe de Estado que inició la llamada “Revolución Argentina”, en todo el país se vivenció una situación de alta tensión e incertidumbre a la espera de la nueva política de la dictadura para el mundo universitario. Los claustros de la UTN no eran ajenos a este clima, que igualmente se replicaba en cada rincón de la educación superior.⁶ El 29 de julio de 1966 la Universidad Tecnológica Nacional fue intervenida junto al resto de las universidades nacionales por efectos del decreto ley 16.912. De inmediato, tal como había ocurrido en 1955 con la Revolución Libertadora, la universidad perdió gran parte de su cuerpo de profesores debido a renuncias masivas que expresaban el descontento por la decisión del gobierno de facto. La Federación Universitaria Tecnológica (FUT) convocó por medio de un comunicado a “los estudiantes tecnológicos y a la clase trabajadora” para pronunciarse por la defensa de la universidad avasallada por la dictadura; expresaba así la opinión mayoritaria del alumnado de las diferentes regionales y delegaciones. El 2 de agosto renunció el rector Juan Sábato, quedando en

⁶ “...durante el gobierno de Illia y a partir de la noche de los Bastones Largos en el '66 y en la dictadura de Onganía, se empezó a convulsionar la universidad. La UTN no escapaba a lo que sucedía en el resto de las universidades”. Entrevista del 1 de abril de 2016 a Jorge Omar Del Gener, decano de la UTN Avellaneda. Radio “La Tecno” FM 88,1. En: <http://www.fmlatecno.com.ar/noticias/del-gener/>

8

ejercicio de esa función el vicerrector Dr. Juan F. Salellas; las clases fueron suspendidas de inmediato y los decanos de las regionales se mantuvieron en sus cargos, a la espera de nuevas directivas.⁷

La reacción estudiantil no se demoró. En la UBA la resistencia a la medida de docentes, autoridades y estudiantes fue reprimida en la llamada “Noche de los Bastones Largos” (MORERO, 2016; CALIFA, 2015). Inmediatamente de conocida la noticia sobre la intervención, el centro de estudiantes de la Regional UTN de La Plata sesionó en una asamblea que resolvió “asumir una actitud de neta protesta ante el avasallamiento de la autonomía universitaria y la suspensión del gobierno tripartito”. El Centro de Estudiantes de Ingeniería Tecnológica de Buenos Aires, conocido como “Alberto Einstein”, también comunicó su desacuerdo con la intervención a la UTN, exigió la vigencia del sistema tripartito asentado en el reformismo y demandó la reapertura de esa casa de estudios “a fin de no perder días de actividad que nosotros valoramos”. El Centro de Estudiantes de la Regional UTN localizada en Rosario exteriorizó su rechazo a la ley 16.912, dando a conocer a los medios de comunicación una resolución, donde sostuvo que la actualidad universitaria exigía “la necesidad del gobierno tripartito autónomo” y no la subordinación de la universidad al Estado; llamó a todos los universitarios a ordenar ideas y esperar nuevos hechos, teniendo como principal meta “los altos destinos de nuestra Universidad y de la patria misma, enfrentada ahora a situaciones institucionales no naturales”.

El 3 de agosto, el centro de estudiantes de la UTN de Santa Fe notificó públicamente su intención de “repudiar y desconocer la ley 16.912” y anunció que los estudiantes buscarían “ligarse” a las luchas obreras y populares para ampliar su reclamo. Vale aclarar que el estudiantado de esta regional venía desarrollando un intenso plan lucha desde principios de junio de 1966, habiendo ocupado el edificio los días 3 y 4, para exigir mayor presupuesto.⁸

Paulatinamente, los diversos agrupamientos estudiantiles de todas las regionales y delegaciones se fueron expresando contra la intervención, coincidencia política que se plasmó en un nuevo comunicado de la Federación Universitaria Tecnológica (FUT). Esta organización

⁷ El ingeniero Juan Sábato se opuso a los contratos de YPF durante la presidencia de Arturo Frondizi. Con posterioridad fue integrante del gobierno de Arturo Illia, desempeñando el puesto de subsecretario de Combustibles, dependiente de la Secretaría de Energía. Desde este cargo impulsó la anulación de aquellos convenios. Soria, Walter Fabián; “Reflexión en el Día del Profesor Tecnológico en homenaje al ingeniero Juan Sábato, rector de la UTN de 1964 a 1966”. 2 de mayo de 2013. En: <http://www.frt.utn.edu.ar/index.php?s=noticia&id=961>.

⁸ Véase el diario *El Litoral* de Santa Fe del 3 de junio de 1966.

8

consideró que la forma idónea y más propicia de gobierno universitario había sido “la desarrollada hasta la implantación de la ley 16.912”. Por ello se convocó a una huelga estudiantil para el 12 de agosto con el fin de defender la autonomía universitaria “que logró el avance técnico y científico que el país necesita”. Mantenía así su apego al ideario inspirado en la Reforma Universitaria de 1918 y la sintonía con las posturas de la FUA.

Durante el mes de agosto de 1966, en Buenos Aires, la FUT constituyó una coordinadora junto a la FUA y un nuevo organismo estudiantil llamado “Comisión Intercentros”.⁹ Las tres organizaciones solicitaron un permiso al gobierno nacional para realizar un acto en el local de la Asociación Italiana Unione y Benevolenza (Cangallo 1352) y programaron un paro estudiantil para el 12 de agosto. Los estudiantes argumentaron que el objetivo de la reunión era el “festejo del Día de la Universidad”. La Policía Federal denegó la autorización a través de un comunicado, donde argumentó:

“1-Que el pedido de autorización no fue presentado en término (un edicto decía que debía hacerse con 10 días de antelación). 2- Que el art.8 de la ley 16.912 determina que los centros estudiantiles deberán abstenerse de hacer reuniones políticas. 3- Que se considera que en el momento actual podría derivar en graves alteraciones del orden y la seguridad pública”.

Desconociendo las prohibiciones, el 12 de agosto los estudiantes de las tres organizaciones se movilizaron por las calles céntricas porteñas junto a la Federación Universitaria de Graduados de Buenos Aires. Cerca de las 20 horas los manifestantes se concentraron en la esquina de Florida y Corrientes al grito de “Universidad libre”, “Libros sí botas no”. Luego marcharon encolumnados por la calle Florida, pero fueron interceptados por la policía y hubo gritos, insultos y enfrentamientos con violencia.

En la misma jornada en el resto de las regionales de la UTN también hubo acciones de repudio a la dictadura y su política universitaria. Las organizaciones estudiantiles de cada regional buscaron acoplarse a la lucha de sus compañeros que cursaban en otras universidades. El 15 de agosto, el centro de estudiantes de la Regional Santa Fe efectuó un paro como protesta por la entrada en vigencia del decreto 16.912 puesto que, sostuvieron, “aniquila la autonomía universitaria, el gobierno tripartito, la libertad de cátedra y la libre discusión de ideas”.

b) El crecimiento de la resistencia con epicentro en Córdoba

⁹ Esta organización ensamblaba la lucha de todos los centros de estudiantes de la Universidad de Buenos Aires. Nació luego de la intervención universitaria ante la prohibición que decretó la dictadura de los centros de estudiantes y federaciones. Este tipo de coordinadora se repitió en casi todas las facultades del país.

8

El 16 de agosto, con el auspicio de la FUT, un grupo de estudiantes se congregó en la Plaza San Martín de Córdoba para “homenajear al Libertador de América”; el motivo resultó una argucia para efectuar un acto donde los oradores reivindicaron a la autonomía universitaria inspirada en la gesta de 1918, y tuvieron expresiones muy negativas respecto de la dictadura por la situación universitaria que padecían.

Entretanto, en Córdoba capital, la FUT y el centro de estudiantes de la Regional local de la UTN coordinaban sus acciones colectivas con la Federación Integralista de Córdoba, el Centro de Estudiantes y Egresados del Instituto de Matemática, Astronomía y Física (CEIMAF), la Agrupación Superación Universitaria de la UTN, la Unión Reformista Franja Morada (FM), la Agrupación Universitaria Liberación (AUL) y la Federación Universitaria de Córdoba (FUC). En Córdoba, siguiendo las directivas de la FUA, se recreaba la política impulsada en Buenos Aires consistente en integrar las organizaciones de la UTN en las coordinadoras de lucha que germinaban en cada ciudad donde había universidad pública.

La coordinadora cordobesa promovió protestas el día 18 de agosto que se iniciaron en el Hospital de Clínicas de la Universidad Nacional de Córdoba, con el fin de exigir la derogación de la ley 16.912, la restitución de las autoridades universitarias electas antes del golpe y el gobierno tripartito. Ahí la policía reprimió a los estudiantes y algunos agentes realizaron disparos de armas de fuego, que hirieron en el muslo izquierdo al estudiante Alberto Cerdá, miembro del Partido Comunista y dirigente reformista. Se trataba de un típico ejercicio de represión reactiva, difusa y, generalmente, con agentes de fuerzas legales, de esta primera etapa de la autoproclamada “Revolución Argentina” (CALIFA y MILLÁN, 2016). Los manifestantes tomaron el edificio del nosocomio y efectuaron una asamblea. La policía reprimió, detuvo a 200 estudiantes y hubo numerosos contusos por los golpes policiales, que alcanzaron a parte del personal del hospital e incluso enfermos. Con estos acontecimientos el proceso de confrontación de Córdoba comenzaba a cobrar características de mayor masividad, violencia y unidad con los trabajadores en relación a la resistencia estudiantil de Buenos Aires (MILLÁN, 2018). Se trataba de una de las manifestaciones de un fenómeno más general de la etapa: el desplazamiento del centro de la dinámica política de Buenos Aires a las provincias (HEALEY, 2007).

En este contexto, la FUT de Córdoba dispuso protestar “por la brutal agresión policial”. Luego la FUT, la Federación Integralista, la FM, la AUL, el CEIMAF y la FUC sesionaron en una numerosa asamblea en la Universidad Nacional de Córdoba, donde se aprobó un comunicado como respuesta a otro emitido por el gobierno provincial procurando aclarar los

8

sucesos del día. Allí los estudiantes afirmaron que en una asamblea cumplida en la sede central de la Universidad se había resuelto: "...protestar por la brutal agresión policial realizada en la fecha en el Hospital de Clínicas y sus adyacencias, responsabilizando al gobierno provincial. Se niega al gobierno autoridad para reprimir en la Universidad la libertad de acción y expresión de los estudiantes". El cónclave solicitó el procesamiento del autor material de los disparos y la libertad de los compañeros apresados, responsabilizó al gobierno de Córdoba de cualquier hecho de violencia como consecuencia de la represión policial y, finalmente, repudió todo intento de clausura de alguna dependencia de la universidad.

Las repercusiones del hecho tuvieron alcances nacionales y todos los centros de estudiantes y agrupaciones expresaron su condena por la represión y su solidaridad con el compañero herido. El 21 de agosto, el centro de estudiantes Tecnológicos de Córdoba afirmó a través de un comunicado que mantenía "sus postulados de lucha ante el avasallamiento a la autonomía universitaria", acusó otra vez al gobierno de querer eliminar "las elementales normas de libertad y democracia" y advirtió que "nuevamente se llenan los ómnibus de detenidos, nuevamente la picana y las lesiones físicas resaltan el primer plano". Llamó a todos los alumnos a la lucha "hasta que la reflexión de la ciudadanía pueda volver a su cauce de constitucionalidad del país".

Como réplica a las protestas, las autoridades nacionales dispusieron la disolución de la FUA y del resto de las estructuras estudiantiles, medida que alcanzó obviamente a la FUT. Por causa de la represión en el hospital, las organizaciones estudiantiles de Córdoba, junto a la Federación de Centros de Practicantes (hubo dos médicos lesionados por la policía) resolvieron un paro a cumplirse el 22 de agosto, con la aportación de la FUT y el centro de estudiantes de la UTN. Las mencionadas entidades hicieron pública una declaración común para anunciar la medida de fuerza e informar sobre las adhesiones, que evidenciaban un creciente apoyo de distintos sectores sociales, políticos e ideológicos.

Desde el día 24, con el fin conseguir un arraigo más profundo entre el alumnado, el centro de estudiantes de la UTN Córdoba promovió discusiones por cada curso sobre la situación universitaria; cubriendo todas las bandas horarias. El debate buscaba ampliar la base estudiantil e involucrarla en la problemática para engrosar la movilización. Esta medida motivó la protesta de la Asociación de Profesores de la UTN, pues evaluó que tales actividades se realizaban con la complacencia del interventor e impedían "la normalización de la vida universitaria". Los estudiantes rechazaron las acusaciones de complicidad, menospreciaron la

8

postura de sus docentes y persistieron con sus planes. Los sucesos de Córdoba habían politizado al estudiantado local y la propuesta lograba su objetivo, tendencia igualmente reconocible en todas las regionales y delegaciones de la UTN.

El 26 de agosto, cerca de las 17 horas, comenzó una asamblea estudiantil de unos 8.000 participantes en el Pabellón Argentina de la Ciudad Universitaria de Córdoba, donde fueron sopesados los planteos de las diferentes agrupaciones acerca de las medidas de fuerza a seguir. Luego de varias gestiones, la convocatoria había logrado el permiso del rector interventor. El cónclave empezó con la lectura de una carta de un grupo de estudiantes Integralistas que habían iniciado una huelga de hambre para repudiar la represión de días pasados, una forma de acción corriente entre los alumnos socialcristianos (BONAVENA, 2005). Luego se leyó un mensaje del estudiante Alberto Cerdá, herido de bala en el Hospital de Clínicas. Finalmente, se dieron a conocer las adhesiones de grupos de profesores de distintas casas de estudio. Uno de los principales disertantes fue un militante de la UTN. Por la masividad de la reunión, los oradores hablaron a través de altoparlantes. Después de un ardiente debate de casi dos horas fue votada la moción de proseguir con la huelga e insistir en el pedido de las renuncias del rector y de los decanos interventores. Además, se aprobó solicitar una entrevista al presidente de la Nación, general (RE) Juan Carlos Onganía, para solicitar formalmente, por medio de la Mesa Coordinadora, el replanteo de toda la política universitaria. Se resolvió, además, organizar una mesa redonda en el Centro de Empleados de Comercio con la participación de los tres claustros para debatir las soluciones a la huelga y organizar una marcha.

Ese mismo día por la mañana, la FUT y el Centro Universitario Tecnológico de Córdoba suscribieron un comunicado donde invitaron a los diferentes claustros para un acto en horas de la tarde. Asimismo, respondieron a las declaraciones del ministro de Gobierno provincial Becerra Ferrer en conferencia de prensa, quien sostuvo que “de producirse algún hecho lamentable en lo sucesivo, no podrá ser imputada a las fuerzas guardianas del orden”. Las organizaciones de la UTN replicaron:

“La medida antedicha de ninguna manera constituye una garantía para la libre expresión de las ideas, sin que las armas policiales sean disparadas. 2- Tampoco tal medida contribuye a la tranquilidad de los estudiantes desde el momento que de antemano se elimina la responsabilidad que le pudiera caber al personal policial en actos tan repudiables como los de la jornada pasada y que harían aparecer a los estudiantes como portadores de armas. 3- Que las balas recibidas por el compañero Cerdá en las inmediaciones del Hospital de Clínicas disparadas a mansalva por personal policial no uniformado y la desaparición del compañero Jorge Damante, sin que hasta la fecha se conozca su paradero, pese a las innumerables tratativas realizadas en tal sentido, en manos del personal policial no uniformado, son hechos que hablan a

8

las claras de las ‘garantías’ que puede ofrecer la medida anunciada por el Dr. Guillermo Becerra Ferrer”.

Pasadas las 19 horas un grupo de alumnos se dirigió al centro para concretar el acto anunciado, pero la medida no fue acompañada por todos los estudiantes, pues evaluaban que la acción era innecesaria e, incluso, existía cierto temor por la brutalidad de la represión. Los miedos no eran infundados. En Plaza España, la policía montada salió agresivamente al encuentro de los estudiantes, quienes debieron dispersarse por los efectos de los gases lacrimógenos y la acción de un camión Neptuno; los manifestantes, no obstante, retrocedieron arrojando piedras y continuaron la protesta por el casco céntrico realizando actos relámpagos.

c) El auge de las movilizaciones durante septiembre de 1966

Al día siguiente, el 27 de agosto, se aglutinó una nueva asamblea en Córdoba con unos 7.000 participantes. Se decidió proseguir con el paro total hasta el 31 de ese mes. Designaron una comisión para entrevistarse con el rector de la Universidad Nacional de Córdoba y demandaron la derogación inmediata del decreto/ley 16.912. Participaron, entre otros, la FUC, el CEIMAF, la AUL, la FUT, FM y el Integralismo. Desde ese día y hasta fin de mes prosiguieron las medidas de fuerza. Especialmente, la huelga del 31 de agosto tuvo un alto acatamiento en la Universidad Nacional de Córdoba y en la UTN. La medida de fuerza fue acompañada con actos y pronunciamientos. En otras ciudades del país también persistió la protesta, que involucraba a los estudiantes de las diferentes regionales de la UTN como La Plata, Rosario, Tucumán y Buenos Aires, sin embargo, los hechos de Córdoba acaparaban todas las miradas.

El mes de septiembre comenzó con una huelga general estudiantil en las universidades de la capital mediterránea. La Mesa Coordinadora buscaba efectuar una “asamblea general estudiantil” con alumnos de las distintas facultades de la Universidad Nacional y la UTN, al tiempo que realizaba gestiones para conseguir una autorización oficial, puesto que la masividad esperada demandaría un espacio muy amplio y mucha organización.

Durante septiembre la lucha se profundizó. El primer día del mes la FUA anunció que después de haber aprobado los informes de las distintas federaciones, entre ellos el llevado por los representantes de la FUT, efectuaría un paro nacional el miércoles 7 para reclamar la derogación de la ley 16.912, la libertad de los detenidos, la reapertura de las facultades, el levantamiento de sanciones a los alumnos y la defensa de las organizaciones estudiantiles. En el transcurso de la reunión fueron examinados los resultados del “plan de lucha y resistencia” y se

8

dispuso el “desconocimiento de los interventores administradores” para denunciarlos “como personeros de la política de entrega de la Universidad al privilegio”.

La FUA reclamó declaraciones de apoyo de organizaciones populares y obreras y rápidamente llegó el respaldo de la Confederación General del Trabajo de Córdoba, un hecho que se inscribe en una alianza perdurable, con importancia cardinal para el movimiento estudiantil cordobés durante los '60 y principios de la siguiente década (CALIFA Y MILLÁN, 2020) y para la gestación de los grandes hechos de masas del período, como el Cordobazo de 1969 y el Viborazo de 1971 (BALVÉ, ET. AL., 2005; BRENNAN, 1996; GORDILLO, 1999).

El 2 de septiembre, en un clima de gran hermetismo para evitar a la policía, sesionó la Mesa Coordinadora de Agrupaciones Estudiantiles de Córdoba con la presencia de la Federación Universitaria Tecnológica. Trató temas referidos al paro estudiantil y a las gestiones realizadas por una delegación que viajó a Buenos Aires para entrevistarse con autoridades del Poder Ejecutivo Nacional. Anunció, asimismo, que harían pública la futura actividad a través de un documento. Informó que no hicieron falta los piquetes para garantizar las huelgas, puesto que la alta adhesión era espontánea, tanto en la Universidad Nacional de Córdoba como en la Regional de la UTN. Luego, por la tarde, tuvieron lugar varios actos relámpagos en diferentes calles del centro de la ciudad.

El 3 de septiembre, la Mesa Coordinadora de Agrupaciones Estudiantiles informó sobre las “infructuosas gestiones” desplegadas en la Capital Federal. Comentó que una delegación visitó al ministro del Interior, quién no los recibió y, a través de un secretario, mandó decir que los problemas de las universidades cordobesas debían ser tratados por sus funcionarios. La Mesa Coordinadora emitió una declaración que decía:

“Visto que la actual situación universitaria y considerando la falta total por parte de las autoridades universitarias y del Gobierno Provincial de garantías para la realización de la Asamblea General de Estudiantes programada por la Mesa Coordinadora y el plan de coacción e intimidación que pretende imponerse por las autoridades universitarias, en un iluso intento más por quebrar la unidad y la lucha del movimiento estudiantil, la presencia y el acecho policial dentro y fuera de la universidad impidiendo y reprimiendo brutalmente la libre acción del estudiantado; la persistencia de detenciones masivas y arbitrarias de estudiantes por el sólo hecho de tratar de expresar su opinión en torno al problema universitario; la aplicación de sanciones, sumarios y amenazas a estudiantes y profesores que expresan su opinión acerca de la actualidad universitaria; la falta total de interés demostrada por el Señor Presidente de la Nación y el Señor Ministro del Interior en conocer los motivos y planteos del sector estudiantil en la dinámica de la vida universitaria; por todo ello, la Mesa resuelve: 1- Continúa la huelga general de estudiantes hasta el miércoles 7. 2- Solicitarles a las autoridades universitarias o al gobierno provincial, la autorización para realizar una Asamblea General el miércoles 7. 3- Exigir el retiro inmediato de la fuerza pública de los recintos

8

universitarios y adyacencias.”¹⁰

Resulta correcto señalar que Córdoba era el epicentro de la protesta por aquellas semanas, sin embargo, es cierto que la resistencia estudiantil crecía en todo el país, destacándose también la acción contenciosa de los alumnos de San Miguel de Tucumán. En todas las ciudades, los jóvenes de la UTN participaban activamente de los enfrentamientos sociales.

En paralelo a los acontecimientos reseñados, en Tucumán la FUT atacó el decreto 16.912 que, según la entidad estudiantil, pretendía: “reimplantar una Universidad de minorías privilegiadas”. En paralelo, los estudiantes de la UTN de la ciudad del noroeste apoyaban los reclamos de los trabajadores azucareros, que perdían masivamente sus fuentes de trabajo por la profunda reestructuración productiva del sector (CRENZEL, 1997; NASSIF, 2012; PUCCI, 2007). Los alumnos, a través de su centro, expresaban “su identificación y solidaridad con las luchas que en estos momentos están librando los compañeros de la FOTIA” y llamaban al “pueblo” con el fin de apoyar la lucha unida de obreros y estudiantes.

El 6 de septiembre los estudiantes de la Regional Tucumán de la UTN, inspirados en la defensa de los principios reformistas, requirieron la dimisión del interventor de la sede, petición que recibió el apoyo de las asambleas de estudiantes de Ciencias Económicas y Medicina de la Universidad Nacional de Tucumán. Además, dispusieron adherir al paro estudiantil nacional declarado para el día siguiente por la FUA. Los estudiantes tecnológicos de Avellaneda, Bahía Blanca, Buenos Aires, Córdoba, Mendoza y Rosario adoptaron igual aptitud en nutridas asambleas en sus respectivas sedes. Todo indicaba que al día siguiente la huelga tendría alta adhesión en la UTN.

Como se esperaba, el paro del día 7 fue muy contundente en todas las dependencias de la UTN. La huelga muy contundente en las regionales de Buenos Aires y Avellaneda y absoluta en las de Tucumán, Rosario y Córdoba. En esta última ciudad, la movilización y su represión tuvo como resultado numerosos choques callejeros entre los estudiantes y la policía. En una de las refriegas, Santiago Pampillón, estudiante de ingeniería y obrero de IKA-Renault, fue alcanzado por una bala policial. Uno de los rumores señalaba que era alumno de la UTN Regional Córdoba, pero otras versiones sostenían que pertenecía a la carrera de Ingeniería Aeronáutica de la Universidad Nacional de Córdoba.

¹⁰ Firmaron: Integralismo, Franja Morada, FUC, FUT, AUL, Ateneo, Centro de Estudiantes y Egresados del IMAF, Centro de Estudiantes de la Escuela de Enfermería y el Centro de Estudiantes de la Escuela de Obstetricia.

8

La Mesa Coordinadora de Agrupaciones Estudiantiles, donde se integraba la FUT, expresó su repudio y su enérgica protesta por los hechos registrados e informó que mantenía la huelga estudiantil. Los estudiantes se movilizaron y conquistaron la zona aledaña al Hospital de Clínicas, donde intervenían quirúrgicamente al compañero herido. Primeramente fueron dispersados con gases lacrimógenos, pero poco después unos 4.000 estudiantes se reagruparon en el Barrio Alberdi, lugar de residencia de gran número de alumnos. Allí se organizaron en piquetes y destruyeron la iluminación de las calles de 24 manzanas, levantaron barricadas con tablones, piedras y otros objetos sacados de obras en construcción y encendieron fogatas. Ocuparon 40 manzanas y los choques con la policía cubrieron el radio de otras 94. Ante la magnitud de los hechos, la Agrupación Superación Universitaria de la UTN de Córdoba rechazó el decreto 16.912 y exigió la remoción de varios funcionarios, “comenzando por el ministro del Interior y siguiendo con el equipo gubernamental de Córdoba en mérito a las gravísimas declaraciones de su comunicado de ayer”, donde se había responsabilizado a los estudiantes por “posibles desmanes”. En paralelo, los estudiantes de la Regional Buenos Aires de la UTN se movilizaron junto al resto del movimiento estudiantil porteño.

El 8 de septiembre, la FUT de Córdoba y el Centro de Estudiantes Tecnológico de Córdoba condenaron de manera conjunta “el bárbaro y cobarde ataque perpetrado en la jornada de ayer por las fuerzas de seguridad contra los estudiantes”. Repudiaron el comunicado oficial de la gobernación, que los hacía aparecer como portadores de armas de fuego, manifestaron su rechazo categórico a lo que calificaron como una “burla” y afirmaron que los actos del día anterior respondían “a una coherencia política gubernamental trazada por un poder sin fuerza que ni siquiera puede explicar con ideas lo que quiere introducir a balazos”. Convocaron a todos los estudiantes a luchar por un “régimen verdaderamente democrático, que posibilite una Universidad Nacional, al servicio del pueblo”. Mientras tanto, la policía irrumpió en el Barrio Alberdi, pero fue atacada desde las azoteas y balcones con todo tipo de proyectiles, registrándose incluso episodios de lucha cuerpo a cuerpo entre alumnos y policías. Los incidentes se prolongaron por toda la jornada.

El 11, la Agrupación Superación Universitaria de Córdoba afirmó que existía “una unidad concreta en la constitución de un solo organismo conductor, que es la Mesa Coordinadora de Agrupaciones Estudiantiles” y calificó como un “ejemplo tonificante” la huelga de hambre de los militantes Integralistas. Hizo un llamado a la “unidad” del movimiento estudiantil. A cientos de kilómetros, los estudiantes de la UTN Mendoza

8

censuraron la agresión policial a Pampillón y recordaron que el compañero era oriundo de esa provincia.

El 12 de septiembre finalmente falleció Pampillón. Las protestas se replicaron por toda la ciudad de Córdoba y diferentes lugares del país. El centro de estudiantes de la UTN Regional La Plata expresó en un documento su pesar por la muerte de Pampillón “en defensa de la autonomía universitaria” y convocó a una huelga para el día 13. La misma postura adoptaron los centros de estudiantes de las regionales de Avellaneda, Córdoba, Mendoza, Rosario, Santa Fe y Tucumán. La medida tuvo un acatamiento total en cada una de las regionales.

Durante la siguiente jornada, el 14, los estudiantes de la UTN Tucumán cumplieron con otra huelga en repudio por la muerte de Pampillón. Además, realizaron un acto donde se depositó una ofrenda floral y se hizo un minuto de silencio; paso seguido un alumno efectuó un llamado a la reflexión sobre los principios que inspiraron el espíritu del estudiante caído, “los que respondían al criterio de una Universidad autónoma, con libertad de cátedra, gobierno tripartito y amplio sentido popular”. Enviaron un telegrama de condolencias a la familia de Pampillón.

En Santa Fe el decano de la regional de la UTN decidió suspender las actividades “como demostración de pesar por el infortunado deceso” de Pampillón. El Colegio de Graduados de la UTN de esa ciudad hizo público un comunicado en el que condenó “la violencia como medio para buscar soluciones a los problemas universitarios”. La nota agregó:

“Como egresados de la UTN estamos verdaderamente preocupados por el país y por la actual situación en todos los campos de la vida nacional, y en forma especial aquel que nos toca de muy cerca, que es la situación universitaria. Estimamos que todos debemos incorporarnos al proceso de transformación y adecuación de la Universidad, para que esté al servicio de todos los argentinos, en especial de los más necesitados. Pero no nos llamemos a engaño. Si esta transformación no se hace, nosotros, fieles a nuestro dictamen de conciencia y a nuestro sentido argentino, debemos continuar el proceso de transformación que la patria necesita.”

El 15 de septiembre, los estudiantes de la Regional de la UTN Tucumán depositaron una palma de flores ante la estatua de la Libertad como homenaje al compañero asesinado.

En los días siguientes prosiguieron las movilizaciones. En Córdoba la FUT mantuvo su activa presencia dentro de la Mesa Coordinadora de Agrupaciones Estudiantiles. Esta organización se trasladó a la Capital Federal, donde se reunió con los centros y agrupaciones de la UBA y la UTN de Avellaneda, Buenos Aires, La Plata, Santa Fe y Tucumán.

8

En los días siguientes la Mesa Coordinadora cordobesa junto a la Confederación General del Trabajo local, profesores aliados y sectores católicos intentaron organizar cursos paralelos a los oficiales, con el objetivo de contrarrestar el cierre de las casas de estudio, iniciativa acompañada con varias movilizaciones, como la del 21 de septiembre, que resultó masiva. En Rosario se realizaron varias huelgas con diferentes modalidades y en Buenos Aires la organización Intercentros se mantuvo muy activa.

d) El declive del movimiento estudiantil

El 30 de septiembre la policía desbarató una asamblea en la regional UTN Tucumán, donde los estudiantes habían convocado a miembros del claustro de profesores y graduados. El cónclave no había sido autorizado por el decano interventor. Iniciado octubre, estos alumnos expresaron su repudio a la “violenta agresión policial” durante la “pacífica asamblea”, así como “la actitud del interventor Paz de no permitir la libre expresión y el diálogo entre profesores, egresados y alumnos”. Apoyaron la autonomía y el cogobierno y se manifestaron contra la intervención policial en la Universidad y la ley 16.912. Los estudiantes de esta regional decidieron adherir a la Junta Coordinadora Estudiantil de Tucumán, designando dos delegados. El sector reformista de Tucumán convocó a una “semana de lucha”; se sucedieron asambleas en la UNT y la UTN.

El 7 de octubre se concretó la huelga estudiantil en todo el país en homenaje a Pampillón a un mes de recibir el disparo que le quitó la vida. En Buenos Aires, el Centro de Estudiantes Tecnológicos, además de la huelga, realizó un acto en la UTN. Habló el presidente del Centro, Eduardo Señorans, quien afirmó que “la muerte de Pampillón quedará impune porque no será posible identificar al culpable”.¹¹ En uno de los pasillos de esa regional se descubrió una placa que decía “Santiago Pampillón, muerto en defensa de la universidad y la cultura, tu muerte no será en vano. Centro de Estudiantes de Ingeniería Tecnológica”.

En Córdoba, la medida auspiciada por Centro de Estudiantes Tecnológicos tuvo alto acatamiento. En un comunicado la organización estudiantil calificó a la policía de

¹¹ Este dato requiere confirmación, ya que otra información lo ubica como estudiante de la facultad de Ciencias Exactas de la UBA. Era hijo del general Eduardo Argentino Señorans y se lo recuerda por haber avisado a los ocupantes de esa casa de estudios, información que habría obtenido del padre, que la policía llegaría para reprimir en los sucesos que luego se recordarían como “la noche de los bastones largos”. Véase Seoane, María, “La historia oculta de aquella noche de los bastones largos”; en diario *Clarín* del 29 de agosto de 2006.

8

“reaccionaria” y sostuvo que “en este aniversario de la muerte del compañero” reafirmaba “sus banderas que han sido y son las nuestras”. Finalmente, reivindicó la autonomía universitaria, al gobierno tripartito, la libertad de cátedra y la libre discusión de ideas.

El 23 de octubre el centro de estudiantes de la UTN Santa Fe se adelantó a sus compañeros de la Universidad Nacional del Litoral y concretó una huelga en repudio a “...la actual situación universitaria y en solidaridad con la lucha de los trabajadores de los sindicatos intervenidos.” Durante la siguiente jornada también llevaron adelante un paro, ahora coincidiendo con sus pares de la UNL.

Debido al nivel de desarrollo del activismo estudiantil en todas las dependencias de la UTN, y con la perspectiva de consolidar los avances organizativos y el proceso de politización, el 25 de octubre se celebró en Córdoba un Congreso Extraordinario de Estudiantes de la Federación Universitaria Tecnológica. Participaron delegados de las regionales de Avellaneda, Buenos Aires, Córdoba, La Plata, Mendoza y Rosario. Los presentes emitieron un documento que, entre otras cosas, afirmaba:

“La Universidad Tecnológica Nacional, en particular y el conjunto de las Universidades en general, bajo el régimen de la autonomía universitaria, marchaba hacia el logro de una calidad científica y técnica más estrechamente ligada a las necesidades reales del país. El movimiento estudiantil, le brindó un impulso dinámico, a través del cogobierno, posibilitando el acceso del pueblo a las aulas. El movimiento estudiantil de la UTN, actuará con independencia de todo tipo de presiones internas y externas, ajenas a los intereses nacionales y sociales de nuestro pueblo”.

El citado Congreso definió a la ley 16.912 como “avasalladora”, denunció la “política intimidatoria”, el encarcelamiento de estudiantes y solicitó:

“1-Derogación de la ley 16.912. 2-Autonomía y cogobierno. 3- Libertad de acción, asociación y reunión del movimiento estudiantil. 4-Contra todo tipo de discriminación en los claustros, cualquiera sea el pretexto que se utilice para tal fin. 5-Contra todo tipo de concepciones limitacionistas que se pretendan implantar en la Universidad. 6- Por una UTN comprometida con el país y al servicio del pueblo. 7- Por una confluencia de nuestra lucha con la del conjunto del pueblo argentino por su liberación Nacional y Social”.

En noviembre, el Colegio de Graduados de la UTN de Córdoba realizó una asamblea donde se analizó la situación universitaria y se expresó la solidaridad con el movimiento estudiantil. Los paros y las movilizaciones prosiguieron, pero fueron perdiendo fuerza. La Mesa Coordinadora, siempre con la participación de la Federación Universitaria Tecnológica, mantuvo un plan de acción, pero el desgaste era evidente.

El miedo de muchos estudiantes a perder el año y la oferta de varios decanos de

8

aprobaciones sumarias a quienes desobedecieran el llamado a la huelga debilitaron la base del movimiento estudiantil. En la Universidad Nacional de Córdoba algunas asambleas interrumpieron las medidas de lucha, llegando a contarse casos de agrupaciones que en determinadas facultades votaban suspender las medidas de fuerza contrariando sus posiciones a nivel de la universidad defendidas en la Mesa Coordinadora. Hacia fin de año la solitaria huelga de los alumnos de Córdoba se diluyó generando una crisis dentro de los colectivos estudiantiles (MILLÁN, 2013, P. 108).

El año cerró con la adhesión de todas las organizaciones de la UTN al paro nacional declarado por la Confederación General del Trabajo el 14 de diciembre. Se trataba de una medida de fuerza muy significativa políticamente, que expresaba un realineamiento de fuerzas. Los principales sindicatos habían apoyado al general (RE) Juan Carlos Onganía, pero con el correr de los meses estaban pasando a la oposición, un espacio que el movimiento estudiantil, sobre todo reformista, fue el primero en perfilar.

Palabras finales

Como afirmamos, en general, las investigaciones sobre el movimiento estudiantil frente al golpe de Estado comandado por Onganía y la intervención universitaria soslayan las acciones de los estudiantes de la UTN. Seguramente el modesto número de alumnos en 1966, que alcanzaba el total de 7.091 dispersos en varias y distantes regionales y delegaciones, una lógica institucional completamente diferente a la de las Universidades tradicionales, concentradas en una ciudad, no le permitió conformar un movimiento con una masividad al de las otras casas de altos estudios. Asimismo, su compleja y breve historia como institución universitaria, iniciada durante el gobierno peronista, contrastaba con la de muchas universidades nacionales con largas tradiciones de lucha. En resumen, se trata de una institución más joven y descentralizada y estos fueron factores que no pueden soslayarse a la hora de hacer un balance sobre su desempeño como movimiento contencioso.

No obstante, como se demostró en la reconstrucción de sus enfrentamientos tras el golpe de Estado y la intervención universitaria, el movimiento estudiantil de la UTN participó activamente de las luchas de aquellos años, en coordinación con el resto del movimiento estudiantil del país. Al calor de este alineamiento se constituyó un importante avance organizativo y un proceso de politización a la altura de sus pares de la UBA, la UNC, la UNL, la UNLP o la UNT, por mencionar algunos ejemplos. Resaltamos entonces que en condiciones muy desfavorables los alumnos de la UTN lograron mantener una organización constante, en

8

centros de estudiantes y una federación nacional, integrándose a la central nacional, la FUA. En 1966 esta sintonía de los técnicos con el conjunto de los universitarios se expresó también en su reivindicación de los principios reformistas. En los años siguientes, a nivel nacional el mosaico de centros y agrupaciones reformistas, donde se destacaba el Movimiento de Orientación Reformista conducido por el Partido Comunista (CALIFA, 2016), resultaron ser los actores decisivos de un proceso de radicalización estudiantil de alcances inéditos entre 1969 y 1971/2.

Referências

ÁLVAREZ DE TOMASSONE, Delia Teresita. *Universidad Obrera Nacional-Universidad Tecnológica Nacional. La génesis de una Universidad (1948- 1962)*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de la U.T.N., 2000.

BALVÉ, Beba; BALVÉ, Beatriz; MARÍN, Juan Carlos; MURMIS, Miguel; AUFANG, Lidia; BAR, Tomás y JACOBY, Roberto. *Lucha de calles lucha de clases: elementos para su análisis: Córdoba 1971-1969*. Buenos Aires: CICSORyR, 2005.

BARLETTA, Ana María. “Peronización de los universitarios (1966 – 1973). Elementos para rastrear la constitución de una política universitaria peronista”, *Pensamiento Universitario*, 9, 2001.

BONAVENA, Pablo. “El movimiento estudiantil de la Universidad Tecnológica Nacional: del triunfo frente al sistema de ingreso en 1970 al gobierno de Cámpora”. Ponencia en las XII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires, 2017.

_____. “Apuntes para una historia del movimiento estudiantil de la Universidad Tecnológica Nacional frente al golpe de Onganía”. Ponencia en las VIII Jornadas de Trabajo sobre Historia Reciente. Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario, 2016.

_____. “Historia de la Universidad: las luchas por el ingreso irrestricto al sistema universitario en 1970 y la conformación del movimiento estudiantil como sujeto político”. Ponencia presentada en el V Encuentro Nacional y II Latinoamericano. La universidad como objeto de investigación. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, 2007.

_____. “El Integralismo de Córdoba frente a la Revolución Argentina durante 1966: La radicalización del catolicismo universitario”. Ponencia presentada en las IV Jornadas de Sociología de la UNLP, Universidad Nacional de La Plata, 2005.

8

BONAVENA, Pablo, CALIFA, Juan Sebastián y MILLÁN, Mariano. “¿Ha muerto la Reforma? La acción del movimiento estudiantil porteño durante la larga década de 1966 a 1976” *Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda*, 12, 2018.

BRANDS, Hall. *Latin America's cold war*. Boston: Harvard, 2012.

BRENNAN, James. *El Cordobazo: las guerras obreras en Córdoba, 1955-1976*. Buenos Aires: Sudamericana, 1996.

BUCHBINDER, Pablo. “El movimiento estudiantil argentino: aportes para una visión global de su evolución en el siglo XX”. *Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda*, 12, 2018.

BUSTELO, Natalia y DOMÍNGUEZ RUBIO, Lucas. “Radicalizar la Reforma Universitaria. La fracción revolucionaria del movimiento estudiantil argentino”. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v. 44, n. 2, 2017.

CALIFA, Juan Sebastián. “La amenaza roja. La intervención a la UBA durante 1966 vista desde el golpismo interno”. *Contemporánea*, 9, 2018.

_____. A la universidad con barderas reformistas. Los comunistas y la reconquista de la Universidad de Buenos Aires, 1968-1972. *e-latina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos*, 56 (14), 2016

_____. “A los golpes con el golpe. El movimiento estudiantil frente a la intervención de la Universidad de Buenos Aires, 1966”. *Conflicto Social*, 13, 2015.

_____. *Reforma y Revolución. La radicalización política del movimiento estudiantil de la UBA 1943-1966*. Buenos Aires: Eudeba, 2014.

CALIFA, Juan Sebastián y MILLAN, Mariano. “De la resistencia universitaria a la rebelión popular y del pacto democrático al terrorismo de Estado. Un análisis cuantitativo del movimiento estudiantil de la Universidad Nacional de Córdoba, 1966-1976”. *Historia y Sociedad*, 38 (en prensa), 2020.

_____. “La lucha estudiantil durante los ‘azos’. Córdoba, Rosario y Tucumán en perspectiva comparada, 1968-1972”. *Conflicto Social*, 22 (en prensa), 2019.

_____. “La represión a las universidades y al movimiento estudiantil argentino entre los golpes de Estado de 1966 y 1976”. *Hib*, 9, 2016.

CARRERA, José Santos. *Historia de la Facultad Regional Santa Fe. Universidad Tecnológica Nacional*. Segunda parte. Santa Fe: Editorial de la Universidad Tecnológica Nacional, 2001.

8

CERSÓSIMO, Facundo. Impugnadores en tiempos de Guerra Fría. La Reforma Universitaria como puerta de entrada del comunismo en Argentina. En MAURO, Diego y ZANCA, José (comps.). *La Reforma Universitaria cuestionada*. Rosario: HyA Ediciones, 2018.

CRENZEL, Emilio. *El Tucumanazo*. Tucumán: UNT, 1997.

DIP, Nicolás. *Libros y alpargatas. La peronización de estudiantes, docentes e intelectuales de la UBA (1966-1974)*. Rosario: Prohistoria, 2018.

DOYON, Louise. *Perón y los trabajadores. Los orígenes del sindicalismo peronista, 1943-1955*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

DUSSEL, Inés. El movimiento estudiantil en el surgimiento de la Universidad Tecnológica Nacional: los casos de ingeniería de la UBA y la UTN, 1945/1966. Informe final. Becas de investigación para estudiantes. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1990.

FACIO, Mariana. “Una historia sobre las luchas del movimiento estudiantil de la UON – UTN. El caso de la Facultad Regional Avellaneda (1955-1963)”. *Historia Regional*, 36, 2017.

FACIO, Mariana. *La Cenicienta de las Universidades: De la Universidad Obrera Nacional a la Universidad Tecnológica Nacional. El caso de la sede Avellaneda (1946-1962)*. Tesis de Maestría en Ciencias Sociales del Trabajo. Buenos Aires: UBA, 2014.

FERRERO, Roberto. *Historia crítica del Movimiento Estudiantil de Córdoba*. Tomo III (1955-1973). Córdoba: Alción, 2009.

GARRETÓN, Manuel. “Universidad y política en los procesos de transformación y reversión en Chile, 1967-1973”. Ponencia presentada en el Seminario de la Comisión de Educación de CLACSO, Bogotá, 1978.

GORDILLO, Mónica. La revolución en la universidad. En SAUR, Daniel y SERVETO, Alicia (comps.). *Universidad Nacional de Córdoba. Cuatrocientos años de historia* tomo II. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2013.

GORDILLO, Mónica. *Córdoba en los '60*. Córdoba: UNC, 1999.

GUTMAN, Daniel. *Tacuara. Historia De La Primera Guerrilla Urbana argentina*. Buenos Aires: Vergara, 2003.

HEALEY, Mark. “El interior en disputa. Proyectos de desarrollo y movimientos de protesta en las regiones extrapampeanas”. En JAMES, Daniel (comp.), *Nueva Historia Argentina. Violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976)*. Tomo IX. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

8

IRELAND CORTÉS, Tomás y RIVERA TOBAR, Francisco (eds.). *Memorias y testimonios de la Reforma Universitaria en la Universidad Técnica del Estado. Chile 1961/1973*. Santiago de Chile: USACH, 2016.

KLEINER, Bernardo. *Veinte años de movimiento estudiantil reformista 1943-1963*. Buenos Aires: Editorial Platina, 1964.

KOC MUÑOZ, Álvaro Sebastián. “El movimiento estudiantil en la Universidad Obrera Nacional (1952-1955)”. Ponencia presentada en las V Jornadas de Estudio y Reflexión sobre el Movimiento Estudiantil Argentino y Latinoamericano. Universidad Nacional de Mar del Plata, 2014.

KOC MUÑOZ, Álvaro Sebastián. “Perón, la CNAOP y la Universidad Obrera”. Ponencia presentada en IV Congreso de Estudios sobre el Peronismo, Red de Estudios sobre el Peronismo, 2014b.

KOTLER, Rubén y CARRIZO, Diego. De los Tucumanazos a los hijxs del Tucumanazo. 40 años de lucha en defensa del comedor estudiantil. En BONAVERA, Pablo y MILLÁN, Mariano (comps.). *Los '68 latinoamericanos. Movimientos estudiantiles, política y cultura en México, Brasil, Uruguay, Chile, Argentina y Colombia*. Buenos Aires: CLACSO-IIGG, 2018.

MALATESTA, Alicia Angélica. El período fundacional de la Universidad Tecnológica Nacional. Segundo Informe de Avance de Investigación. Convenio UTN/UCES. San Francisco (Córdoba), 2012.

MANZANO, Valeria. “Las batallas de los ‘laicos’: movilización estudiantil en Buenos Aires, septiembre - octubre de 1958”. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, 31, 2009.

MANZANO, Valeria. *La era de la juventud en Argentina. Cultura, política y sexualidad desde Perón hasta Videla*. Buenos Aires: FCE, 2017.

MARÍN, Juan Carlos. *Cuaderno 8*. Buenos Aires: PICASO, 2009.

MILLÁN, Mariano. *Entre la Universidad y la política. Los movimientos estudiantiles de Corrientes y Resistencia, Rosario, Córdoba y Tucumán durante la "Revolución Argentina" (1966-1973)*. Tesis de Doctorado en Ciencias Sociales. Buenos Aires: FSOC-UBA, 2013.

_____. “Las resistencias estudiantiles frente a la intervención universitaria de 1966. Un análisis comparado de la UBA y la UNC”. *Contemporánea*, 9, 2018.

8

MILLÁN, Mariano y SEIA, Guadalupe. “El movimiento estudiantil como sujeto de conflicto social en Argentina. Ensayo sociológico sobre un siglo y medio de experiencias”. *Entramados y Perspectivas*, 9, 2019.

MOLLIS, Marcela. “La historia de la Universidad Obrera Nacional: una universidad para hombres y mujeres que trabajan”. *Realidad Económica*, 99, 1991.

MORERO, Sergio. *La Noche de los Bastones Largos*. Buenos Aires: Eudeba, 2016.

NÁPOLI, Fernando. *Política Educativa y Organización Académica en el período fundacional de la Universidad Tecnológica Nacional (1948-1962)*. Buenos Aires: Ediciones CEIT, 2004.

NASSIF, Silvia. *Tucumanazos. Una huella histórica de luchas populares 1969-1972*. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2012.

NAVA, Agustín. “Radicalización y politización del movimiento estudiantil: el caso platense durante la ‘Revolución Argentina’, 1966-1972”. *Conflicto Social*, 9, 2013.

PENSADO, Jaime. *Rebel Mexico. Student Unrest and Authoritarian Political Culture During the Long Sixties*. Stanford University Press, 2013.

PINEAU, Pablo. De zoológicos y carnavales: las interpretaciones sobre la Universidad Obrera Nacional. En CUCUZZA, Héctor (comp.). *Estudios de Historia de la Educación durante el Primer Peronismo, 1943-1955*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Lujan/ Los libros del Riel, 1997.

O’ DONNELL, Guillermo. *El Estado Burocrático Autoritario 1966-1973. Triunfos, derrotas y crisis*. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

ORTEGA OLIVARES, Mario y GALVÁN RODRÍGUEZ, Felipe. *Octubre dos. Historias del movimiento estudiantil*. Ciudad de México: Sierpe, 2013.

PIS DIEZ, Nayla. “Fronizismo, comunismo y ‘guerra fría’ reformista: politización y fragmentación ideológica en la Universidad de La Plata”. *Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda*, 12, 2018.

PUCCI, Roberto. *Historia de la destrucción de una provincia. Tucumán 1966*. Buenos Aires: Ediciones del Pago Chico, 2007.

RIVAS ONTIVEROS, José René. *La izquierda estudiantil en la UNAM. Organizaciones, movilizaciones, liderazgos (1958-1972)*. México: UNAM-FES Aragón/Porrúa, 2007.

SAGEN GIL, Guillermo. “La Universidad Obrera Nacional como antecedente de la Universidad Tecnológica Nacional”. Ponencia presentada en las XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Universidad de Tucumán, 2007.

8

- SARLO, Beatriz. *La batalla de las ideas (1943 – 1973)*. Buenos Aires: Emecé, 2001.
- SIGAL, Silvia. *Intelectuales y poder en la década del sesenta*. Buenos Aires: Puntosur, 1991.
- SORENSEN, Dianna. *A Turbulent Decade Remembered: Scenes from the Latin American Sixties*. Stanford: Stanford University Press, 2007.
- SUASNÁBAR, Claudio. *Universidad e intelectuales. Educación y política en la Argentina (1955-1976)*. Buenos Aires: FLACSO-Manantial, 2004.
- TARONCHER, Miguel. *La caída de Illia. La trama oculta del poder mediático*. Buenos Aires: Ediciones B, 2012.
- TCACH, César y RODRÍGUEZ, Celso. *Arturo Illia: un sueño breve. El rol del peronismo y de los Estados Unidos en el golpe militar de 1966*. Buenos Aires: Edhasa, 2011.
- TCACH, César. “Movimiento estudiantil e intelectualidad reformista en Argentina (1918-1946)”. *Cuadernos de Historia*, 37, 2012.
- TORTTI, María. Protesta social y ‘nueva izquierda’ en la Argentina del ‘Gran Acuerdo Nacional’. En CAMARERO, Hernán, POZZI, Pablo y SCHNEIDER, Alejandro (comps.). *De la revolución libertadora al menemismo*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2000.
- VAN GOSSE. *Rethinking the New Left: An Interpretative History*. Nueva York: Palgrave/Macmillan, 2005.
- VEGA, Natalia. *El movimiento estudiantil universitario santafesino durante la segunda mitad de los años sesenta y sus vinculaciones con el surgimiento de las organizaciones político-militares en el ámbito local*. Tesis de Doctorado en Historia. Universidad Nacional de Entre Ríos, 2017.
- YUSZCZYK, Érica. Los juniros de los '60: Homenajes a la Reforma Córdoba, 1955-1968. En BUCHBINDER, Pablo, CALIFA, Juan Sebastián y MILLÁN, Mariano (comps.). *Apuntes sobre la formación del movimiento estudiantil argentino (1943-1973)*. Buenos Aires: Final Abierto, 2010.
- ZERMEÑO, Sergio. *México: una democracia utópica. El movimiento estudiantil de 1968*. Ciudad de México, 1978.

Fuentes

- Bonavena, Pablo (1992); Informe de Investigación “Las luchas estudiantiles en la Argentina. 1966/1976”; Beca de Perfeccionamiento. UBACYT. Universidad de Buenos Aires.
- Diario *El Litoral* de Santa Fe del 3 de junio de 1966.

8

Documento “70º aniversario de la Universidad Obrera Nacional”; en el *Portal de la Universidad Tecnológica Nacional*. En: <https://www.frba.utn.edu.ar/70o-aniversario-de-la-universidad-tecnologica-nacional/>.

Entrevista del 1 de abril de 2016 a Jorge Omar Del Gener, decano de la UTN Avellaneda. Radio “La Tecno” FM 88,1. En: <http://www.fmlatecno.com.ar/noticias/del-gener/>

Seoane, María, “La historia oculta de aquella noche de los bastones largos”; en diario Clarín del 29 de agosto de 2006.

Soria, Walter Fabián; “Reflexión en el Día del Profesor Tecnológico en homenaje al ingeniero Juan Sábato, rector de la UTN de 1964 a 1966”. 2 de mayo de 2013. En: <http://www.frt.utn.edu.ar/index.php?s=noticia&id=961>.

Resumen: En este artículo reconstruimos los enfrentamientos protagonizados por estudiantes de la Universidad Tecnológica Nacional (UTN) de Argentina tras el golpe de Estado comandado por el general (RE) Juan Carlos Onganía y la intervención a las Universidades Nacionales en 1966. Pese a las diferencias institucionales con otras casas de altos estudios, los alumnos de la UTN compartieron espacios de organización y lucha, así como los reclamos de la tradición reformista.

Palabras clave: Movimiento Estudiantil, Universidad Tecnológica Nacional, Intervención Universitaria.

Resumo: Neste artigo, reconstruímos os confrontos realizados por estudantes da Universidade Tecnológica Nacional (UTN) da Argentina após o golpe de estado comandado pelo general (RE) Juan Carlos Onganía e a intervenção nas universidades nacionais em 1966. Apesar das diferenças institucionais com outras casas de estudos superiores, os estudantes da UTN compartilhavam espaços de organização e luta, bem como as reivindicações da tradição reformista.

Palavras-chave: Movimento Estudantil, Universidade Tecnológica Nacional, Intervenção Universitária.

* Recibido em: 16/11/2019.

* Aceito em: 28/12/2019.